

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO – OESTE, UNICENTRO

DÉRIS WARMUTH

**LIDERANÇAS FEMININAS: OS PROCESSOS EDUCATIVOS
NÃO-FORMAL E INFORMAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA
PAIOL DE TELHA - PARANÁ**

GUARAPUAVA

2022

DÉRIS WARMUTH

**LIDERANÇAS FEMININAS: OS PROCESSOS EDUCATIVOS
NÃO-FORMAL E INFORMAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA
PAIOL DE TELHA - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Juliane Sachser Angnes.

GUARAPUAVA

2022

Catálogo na Publicação

Rede de Bibliotecas da Unicentro

W2771 Warmuth, Déris
Lideranças femininas : os processos educativos não-formal e informal na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha - Paraná / Déris Warmuth. -- Guarapuava, 2022.
xi, 44 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação, 2022.

Orientadora: Juliane Sachser Angnes
Banca examinadora: Elisa Yoshie Ichikawa, Marcos Gehrke, Vanessa Elisabete Rauer Rodrigues

Bibliografia

1. Liderança feminina. 2. Comunidade Quilombola. 3. Processos Educativos não formal e informal. 4. Mulheres Negras. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 301.445

TERMO DE APROVAÇÃO


DÉRIS WARMUTH

“LIDERANÇAS FEMININAS: OS PROCESSOS EDUCATIVOS NÃO-FORMAL E INFORMAL NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA - PARANÁ”.

Dissertação aprovada em 25/10/2022 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes
(Orientadora/UNICENTRO)



Prof.^a Dr.^a Elisa Yoshie Ichikawa
(Membro Titular/UEM)



Prof. Dr. Marcos Gehrke
(Membro Titular/UNICENTRO)



Prof.^a Dr.^a Vanessa Elisabete Rauer Rodrigues
(Membro Titular/UNICENTRO)

IRATI-PR
2022

Home Page: <https://www3.unicentro.br>

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação jamais teria acontecido se não fosse pelas preciosas contribuições de várias pessoas e, desta forma, faz-se necessário demonstrar minha gratidão a todos que caminharam comigo durante esta jornada.

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e meu coração transborda de gratidão a ti Senhor por ter me permitido alcançar esse objetivo pelo qual tanto lutei. Obrigada Meu Deus!

À minha família, por todo apoio, compreensão e suporte, não somente neste período, mas em todos os momentos da minha vida, a vocês: Leonyz, minha amada mãe, obrigada pelo incentivo de sempre e por acreditar em minha capacidade; Lobo Neto, meu marido, meu amor, meu companheiro, meu maior incentivador; Isabella e Luiza, minhas filhas amadas, obrigada por compreenderem que minha ausência sempre foi pelo nobre motivo de estudar e pelo desejo de dar uma vida melhor para vocês; Matheus meu netinho amado, pessoinha que veio ao mundo para iluminar os meus dias e me dar os maiores motivos para nunca desistir dos sonhos e da vida. Obrigada! Amo vocês família.

Agradeço à Comunidade Remanescente Quilombola Invernada Paiol de Telha (Fundão e Assentamento) por todo acolhimento, por aceitaram conhecer o meu projeto de pesquisa.

Às lideranças quilombolas, a qual me refiro utilizando pseudônimos de mulheres negras lideranças reconhecidas nas várias áreas da sociedade brasileira, a vocês minha eterna gratidão, por todo carinho, por conversa, por toda confiança depositada em mim, sem a colaboração de vocês, por meio de suas histórias orais, esta pesquisa jamais se concretizaria.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), que ao longo desses dois anos ajudaram em minha formação de pesquisadora, e conseqüentemente na minha formação como um ser humano melhor.

Agradeço também ao secretário do programa de pós-graduação, Rangel Chepluki por toda atenção, embora virtualmente, sempre se mostrou presente e solícito, durante este processo.

Agradeço também à Prof^a. Dr^a Jamile Santinello e a Prof^a. Dr^a. Vanessa Elisabete Raue Rodrigues pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, melhorando significativamente esta pesquisa.

De maneira especial, agradeço a minha orientadora Prof^a Dr^a Juliane Sachser Agnes, por aceitar o desafio de me orientar, sou grata pelo apoio e por exigir sempre o melhor de mim, por todas as contribuições, por todos seus ensinamentos, sua paciência, incentivos e lapidações tão necessárias na construção desta dissertação.

Gratidão aos professores: à Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa, ao Prof. Dr. Marcos Gehrke e à Prof^a. Dr^a Vanessa Elisabete Raue Rodrigues, pela participação da Banca de Defesa

A todos que vibraram para que esse dia chegasse, por todos os bons amigos que sempre se fizeram presentes encorajando, sugerindo, tranquilizando... Vocês são muitos e muito especiais. Obrigada!

Por fim, agradeço também à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela valorização e auxílio financeiro à pesquisa.

O feminismo deve contemplar todas as mulheres. É necessário perceber que não dá pra lutar contra uma opressão e alimentar a outra.

Djamila Ribeiro

RESUMO

Este estudo se propôs em compreender os processos educativos não formal e informal das lideranças femininas da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – Guarapuava - Paraná. Neste sentido, buscou-se dialogicizar como estes processos constituídos e aprendidos no interior da comunidade e que refletem e permeiam as relações destas lideranças na convivência interna e externa. Relevante se faz destacar, que por meio dos processos educativos as lideranças femininas permitem dar visibilidade a sua posição enquanto “mulheres negras” e “lideranças” em uma sociedade colonialista e machista por essência. Ou seja, a perspectiva adotada nessa pesquisa vai de encontro com uma produção intelectual que não reproduz as formas de aprendizagem e construção de saberes expressadas no jeito que a tradição oral “branca” exige. Mas sim, revisita as ruínas deixadas pela colonização, os rastros de tradições quase apagadas, narrativas para serem compreendidas na voz de grupos historicamente marginalizados, nesta pesquisa a realidade das “mulheres negras” dos países colonizados. Assim, de forma metodológica, a trilha construída para busca dos resultados foi realizada inicialmente, por meio de um mapeamento da literatura pertinente à liderança feminina em comunidades quilombolas, em consonância com as narrativas aprendidas das mulheres durante as inserções em campo na comunidade citada. Por isso, a pesquisa realizada apresenta, essencialmente, cunho qualitativo, sendo considerada as narrativas das lideranças femininas como categoria analítica. Sendo assim, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com dez lideranças femininas, sendo elas precursoras e participantes ativas da realidade de lutas para garantir a continuidade de sua memória e cultura. Dessa forma, optou-se por utilizar a análise de história oral temática, com a finalidade de trazer os relatos das experiências de aprendizagem não formal e informal dessas mulheres, como forma de enxergar as mulheres negras sendo categoria de análise e rompendo, ao mesmo tempo, com a invisibilidade dessas mulheres lideranças femininas na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. As narrativas trouxeram uma percepção de que as lideranças, com relação aos processos educativos não formal e informal, ocorrem de forma imperceptível e que elas não conseguem desvincular um processo do outro. E que embora, não formalizada, essa educação contribui muito, talvez neste contexto, muito mais que a formal, para o processo mantenedor da cultura e memória da comunidade quilombola.

Palavras-chave: Liderança feminina, Comunidade Quilombola, Processos Educativos Não Formal e Informal, Mulheres Negras.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender los procesos educativos no formales e informales de mujeres líderes de la Comunidad Quilombola Invernada Paiol de Telha - Guarapuava - Paraná. En ese sentido, buscamos dialogar cómo estos procesos se constituyen y aprenden al interior de la comunidad y que reflejan y permean las relaciones de estos líderes en la convivencia interna y externa. Es importante resaltar que, a través de procesos educativos no formales e informales, las lideresas posibilitan visibilizar su posición como “mujeres negras” y “liderazgos” en una sociedad por esencia colonialista y sexista. En otras palabras, la perspectiva adoptada en esta investigación está en consonancia con una producción intelectual que no reproduce las formas de aprendizaje y construcción del conocimiento expresadas en la forma que exige la tradición oral “blanca”. Pero sí, saca a la luz las ruinas que dejó la colonización, las huellas de tradiciones casi borradas, narrativas por entender en la voz de grupos históricamente marginados, en esta investigación la realidad de las “mujeres negras” en los países colonizados. Así, de manera metodológica, se realizó inicialmente el recorrido construido para la búsqueda de los resultados, a través de un mapeo de la literatura relevante al liderazgo femenino en comunidades quilombolas en consonancia con las narrativas aprendidas de las mujeres durante las inserciones en el campo en las comunidades mencionadas. Por lo tanto, la investigación realizada es esencialmente cualitativa, considerando las narrativas de las mujeres líderes como categoría analítica. Por ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas a diez líderes femeninas, quienes son precursoras y participantes activas en la realidad de las luchas por la continuidad de su memoria y cultura. De esta manera, se optó por utilizar el análisis de la historia oral temática, con el fin de acercar los relatos de las experiencias de aprendizaje no formal e informal de estas mujeres, como una forma de ver a las mujeres negras como una categoría de análisis y ruptura, al mismo tiempo, con la invisibilidad de estas mujeres como líderes en la Comunidad Quilombola Invernada Paiol de Telha. Las narrativas trajeron una percepción de que las líderes, en relación a los procesos educativos no formales e informales, ocurren de manera imperceptible y que no pueden desligar un proceso del otro. Y que, aunque no esté formalizada, esta educación aporta mucho, quizás en este contexto, mucho más que la educación formal, al proceso de mantenimiento de la cultura y la memoria de la comunidad quilombola.

Palabras-clave: liderazgo femenino, comunidad quilombola, procesos educativos no formales e informales, mujeres negras.

ABSTRACT

This study aimed to understand the non-formal and informal educational processes of female leaders of the Quilombola Community Invernada Paiol de Telha - Guarapuava - Paraná. In this sense, we sought to dialogicize how these processes are constituted and learned within the community and that reflect and permeate the relationships of these leaders in internal and external coexistence. It is important to highlight that, through non-formal and informal educational processes, female leaders make it possible to give visibility to their position as "black women" and "leaderships" in a colonialist and sexist society by essence. In other words, the perspective adopted in this research is in line with an intellectual production that does not reproduce the forms of learning and construction of knowledge expressed in the way that the white oral tradition demands. But yes, it brings to light the ruins left by colonization, the traces of almost erased traditions, narratives to be understood in the voice of historically marginalized groups, in this research the reality of "black women" in colonized countries. Thus, in a methodological way, the trail built to search for the results was initially carried out, through a mapping of the literature relevant to female leadership in quilombola communities in line with the narratives learned from women during the insertions in the field in the aforementioned community. Therefore, the research carried out is essentially qualitative, considering the narratives of female leaders as an analytical category. Therefore, semi-structured interviews were carried out with ten female leaders, who are precursors and active participants in the reality of struggles to ensure the continuity of their memory and culture. In this way, it was decided to use the thematic oral history analysis, in order to bring the reports of the non-formal and informal learning experiences of these women, as a way of seeing black women as a category of analysis and breaking, at the same time, with the invisibility of these women as female leaders in the Quilombola Community Invernada Paiol de Telha. The narratives brought a perception that the leaders, in relation to non-formal and informal educational processes, occur in an imperceptible way and that they cannot detach one process from the other. And that, although not formalized, this education contributes a lot, perhaps in this context, much more than formal education, to the process of maintaining the culture and memory of the quilombola community.

Keywords: Female leadership, Quilombola Community, Non-Formal and Informal Educational Processes, Black Women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	QUILOMBOS E LIDERANÇAS FEMININAS.....	20
2.1	HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA	20
2.2	ORIGEM DOS QUILOMBOS.....	21
2.3	QUILOMBO NO PARANÁ.....	23
2.4	LIDERANÇAS FEMININAS E NEGRAS.....	26
3	A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA LATINO AMERICANA E SEUS PROCESSOS.....	32
3.1	CONCEPÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	32
3.2	A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA.....	37
3.3	LIDERANÇAS FEMININAS NA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA: COMO SE CONFIGURAM NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?	45
3.4	EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL.....	48
3.4.1	CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DOS TRÊS ASPECTOS DE EDUCAÇÃO.....	51
3.5	CONCEITOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL.....	57
3.6	CONCEITOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INFORMAL.....	61
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS RUMO À COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	63
4.1	PRIMEIRO CONTATO COM O CAMPO.....	70
5	COMUNIDADE REMANESCENTE PAIOL DE TELHA/PR.....	74
5.1	O ESPAÇO HISTÓRICO DA COMUNIDADE.....	74
5.2	AS VOZES DAS MULHERES E SEUS DESAFIOS.....	79
5.3	LIDERANÇA FEMININA E SEU PROTAGONISMO.....	82
5.3.1	Lideranças Femininas: Saberes Tradicionais.....	86
5.3.2	Lideranças Femininas: processos educativos não formais e informais.....	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	109
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO..	110
APÊNDICE 3 - ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS FEMININAS DA COMUNIDADE.....	111

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 - Publicações acadêmicas lideranças negras femininas (2017-2021).....	27
QUADRO 2 - Etapas do Desenvolvimento da Psicologia Social no mundo.....	36
QUADRO 3 - Desdobramentos da Psicologia Social Latino-Americana.....	40
QUADRO 4 - Resultados esperados.....	55
QUADRO 5 - Procedimentos de Pesquisa e Finalidades.....	67
QUADRO 6 - Perfil das Lideranças Entrevistadas.....	72

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Associação Quilombola Invernada Paiol de Telha.....	116
FOTOGRAFIA 2 - Artesanato: Bonecas Pretas.....	116
FOTOGRAFIA 3 - Artesanato: Bonecas Pretas.....	117
FOTOGRAFIA 4 - Artesanato: Abayomy	117
FOTOGRAFIA 5 - Artesanato: Abayomy Bonecas pretas.....	118

1. INTRODUÇÃO

Marcados pelas injustiças e violências, os remanescentes de quilombo no Brasil possuem uma trajetória de lutas e sofrimentos. Os quilombos foram espaços de resistências e de organização social coletiva com territórios reconhecidos pela legislação brasileira por meio do Artigo 68, da Constituição Federal de 1988, a qual reconhece esses espaços e seus habitantes, garantindo os seus direitos e as contribuições culturais e ancestrais negras na constituição do Brasil.

A fim de salvaguardar o direito ao território, a legislação nacional, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é responsável por assegurar a titulação dos territórios quilombolas e garantir que os conhecimentos ancestrais sejam praticados nesses espaços. O Decreto no. 4,887, de novembro de 2003, por exemplo, estipula ao INCRA o dever de regular a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas tendo como base o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, as comunidades quilombolas têm como referência, além da preservação da cultura, ações de manejo sustentáveis, produção de alimentação orgânica. Em muitos casos há a necessidade da aplicação de políticas públicas, até mesmo a certificação de 20 comunidades de difícil acesso e outras que nem sequer são conhecidas ou, até pouco tempo, eram desconhecidas dos municípios, como apontou um estudo do Grupo de trabalho Clóvis Moura, realizado nos anos de 2005 e 2010 (GTCM,2010).

No estado do Paraná, o primeiro território titulado foi a Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, oficializada em 2019 na cidade de Reserva do Iguaçu, região Centro-Sul do Paraná. Esta foi a primeira comunidade quilombola do Paraná a ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2005 (BUTI,2009), mas teve sua oficialização apenas no ano de 2019 (KLOZOVSKI, 2020).

Vale ressaltar que as organizações das comunidades quilombolas diferem dos moldes tradicionais da sociedade capitalista e se propagam em nosso meio, manifestando modos de viver distintos dos que se estão acostumados a vivenciar. Diante disso, Rodgers, Petersen e Sanderson (2016) argumentam que as

organizações capitalistas reprimiram as organizações sociais considerando-as irrelevantes, pois seu modo de agir distanciam-se da forma competitiva do capitalismo.

Porém, as lideranças femininas quilombolas, apesar das repressões tentaram manter suas formas de liderar conforme a posição do grupo social, ou seja, agindo de acordo a comunidade, desconsiderando os padrões “não quilombolas” e considerando as dificuldades em relação às transformações que estes padrões poderiam ocasionar, seguindo com seus estilos próprios, tais como: suas práticas sociais, crenças, tradições e modo de viver (RODGERS; PETERSEN; SANDERSON, 2016).

A partir do exposto, Carvalho (2006) e Holanda (2011) afirmam a necessidade de pensar a ação das lideranças em comunidades singulares como as comunidades quilombolas e a relevância de investigações que sejam realizadas a partir dos processos educativos em contexto comunitário considerando as particularidades que orientam as ações das diversas pessoas que estão envolvidas nesses processos.

Dito isso, esta pesquisa propõe como objetivo geral compreender os processos educativos não formais e informais das lideranças femininas da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – Guarapuava - Paraná. Neste sentido, buscou-se dialogicizar como estes processos constituídos e aprendidos no interior da comunidade e que refletem e permeiam as relações destas lideranças na convivência interna e externa. Relevante se faz destacar, que por meio dos processos educativos não formais e informais as lideranças femininas permitem dar visibilidade a sua posição enquanto “mulheres negras” e “lideranças” em uma sociedade colonialista e machista por essência.

Ou seja, a perspectiva adotada nessa pesquisa vai de encontro com uma produção intelectual que não reproduz as formas de aprendizagem e construção de saberes expressadas no jeito que a tradição oral “branca” exige. Mas sim, revisita as ruínas deixadas pela colonização, os rastros de tradições quase apagadas, narrativas para serem compreendidas na voz de grupos historicamente marginalizados, nesta pesquisa a realidade das “mulheres negras” dos países colonizados.

Parte-se do pressuposto ontológico e epistemológico que ao realizar um estudo com lideranças femininas negras seja uma forma anti-hegemônica de dar visibilidade ao “outro do outro” conforme diria Kilomba apud Ribeiro (2017, p. 14),

É necessário enfrentar essa falta, esse vácuo, que não enxerga a mulher negra como uma categoria de análise. (...) as mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na supremacia branca, por serem uma espécie de carência dupla, a antítese da branquitude e masculinidade. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem branca e nem homens e exerceriam a função do Outro do Outro. (KILOMBA apud RIBEIRO, 2017, p. 14 – grifo da autora)

Sendo assim, essa pesquisa com as “vozes” das mulheres-negras-lideranças da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha mostra que as mulheres possuem situações diferentes. Ou seja, mostra que a realidade das mulheres brancas não é a mesma das mulheres negras. Tampouco, seja a mesma realidade entre homens negros e mulheres negras. Essa pesquisa então, passa ser configurada como um protesto a sociedade supremacista branca, como anseio de justiça, para reaver os direitos violados.

Somado a isso, tem-se as comunidades quilombolas que são organizações que, embora tenham sido marginalizadas ou até mesmo esquecidas, sempre estiveram presentes na construção da sociedade e por isso devem ser reconhecidas e valorizadas.

Assim, os pressupostos adotados na pesquisa, sedimentam-se na concepção de que as comunidades quilombolas são organizações sociais ou grupos de pessoas organizadas; por meio de processos educativos próprios, essas comunidades passam a ser reconhecidas com processos identitários e culturais singulares, sobretudo, se constroem como referência de luta e militância negra no país. Tais movimentações podem servir como expressão formal do que são as comunidades quilombolas na contemporaneidade, pois estes guardam memórias específicas que ajudam a contar outra história do Brasil. Uma história das ditas “minorias” que passa a ser ocupada como lugar de sujeitos e não de meros colaboradores no imaginário social (ARAÚJO, 2011; CARRARO, 2016 ; KLOZOVSKI, 2020).

Portanto, a justificativa para realização desta pesquisa, se dá primeiramente pelo fato da pesquisadora proponente ser mulher, que apesar de ser branca, e de certa forma pertencente a uma classe social privilegiada, e estar, num status mais vantajoso do que homens negros (RIBEIRO, 2017), também sofreu expropriações em relação ao seu modo de ser e agir. Assim, movida por esta perspectiva subjetiva do gênero, surgiu o interesse pelas lideranças negras femininas da comunidade Paio de Telha da região que compreende o Centro-Oeste do Paraná devido a sua repercussão histórica, a qual há registros que mostram as ações de violência e invasão de territórios.

Num primeiro momento, propôs-se um projeto inicial baseado em mapas mentais para comunidades quilombolas, todavia nos primeiros meses no qual cursou-se as disciplinas do mestrado, deparei-me com temática de pesquisa a partir de um projeto financiado em que me minha orientadora faz parte. Me encantei com a temática imediatamente, pois o projeto apresentava como objetivo, estudar as comunidades remanescentes quilombolas do estado do Paraná, sendo uma destas comunidades, o meu locus de pesquisa. Confesso que em um segundo momento me senti insegura em como realizar uma pesquisa em um campo com o qual não possuía nenhuma afinidade ou conhecimento.

Entretanto, aos poucos fui me familiarizando com a proposta e por estar inserida em um programa de pós-graduação *stricto sensu* em educação, me fortaleci na ideia em compreender como se constitui a educação não formal e informal dentro destas comunidades, ou seja, desvelar as concepções educacionais que não sejam aquelas propostas pela escola, mas sim pelo contexto de vivência dos sujeitos. Essa concepção foi argumentada no segundo capítulo dessa dissertação.

Nos processos de ensino-aprendizagem, como afirma Brandão (2002), tanto, no ensino não formal, quanto no ensino informal, não existe um fim projetado anteriormente, pois estes acontecem a partir das relações interpessoais, são permanentes, localizam-se no campo dos sentimentos, são resultados de uma rede de troca de saberes universal, gerados a partir dessas questões: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem, de acordo com a cultura da qual o sujeito faz parte.

Nesta mesma perspectiva, vários foram os questionamentos realizados para a pesquisa realizada. Todavia, o principal e subjacente que norteia o contexto empírico-acadêmico elegido foi: Como os processos educativos não formais e informais das lideranças femininas negras em comunidades quilombolas são constituídos/aprendidos? E de que maneira esta educação não formal e informal permeia as relações com a comunidade interna e externa contribuindo na garantia dos direitos para grupos quilombolas? Esses processos contribuem para visibilidade dessas mulheres numa sociedade que adota a supremacia branca colonialista?

Para responder estes questionamentos indagadores, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever os processos educativos não formais e informais lideranças femininas negras da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha;
- b) dialogicizar como estes processos constituídos/aprendidos por elas refletem/permeiam suas relações com a comunidade interna e externa;
- c) desvelar as formas que lideranças femininas negras fazem uso desses processos educativos visando sua inserção na pauta da visibilidade e reconhecimento social enquanto sujeitos políticos de direitos.

Neste sentido, esta dissertação foi estruturada em seis capítulos. No primeiro capítulo, traz-se, em primeiro momento, uma breve conceituação de “quilombo” com dados referentes a seu processo histórico no Brasil, bem como, sua conceituação tomando como base a perspectiva decolonizadora deste conceito.

Por sua vez, no segundo capítulo, realiza-se uma descrição das comunidades quilombolas no Paraná, bem como, contextualiza teoricamente o que vem ser e como se caracterizam as lideranças femininas negras quilombolas e alguns dos principais estudos realizados no Brasil que tem como foco as mulheres negras + liderança.

No terceiro capítulo realizou-se um recorte teórico a sobre a base epistemológica utilizada pela Psicologia Social Latino-Americana – doravante apenas PSCLA., no sentido de embasar os pressupostos que norteiam a perspectiva decolonizadora comunitária da comunidade procurando estabelecer um diálogo entre os pressupostos ontológicos desta com as estratégias psicossociais referentes aos processos educativos não-formais e informais.

Já no quarto capítulo descreve-se os caminhos percorridos durante a pesquisa para alcançar os objetivos propostos, tais como: a) características da pesquisa; procedimentos da coleta de dados; técnicas de entrevistas, observações, diário de campo e procedimentos de análise.

No quinto capítulo apresenta-se as análises das entrevistas realizadas com dez lideranças femininas da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, citadas anteriormente, pela sua história de vida, modo de ser, de se organizar, de viver, atrelando-as à teoria da psicologia social comunitária latino-americana. Narra-se os relatos sobre as estratégias psicossociais de resistência que as lideranças utilizam atualmente, a forma como se organizam socialmente em suas comunidades, de que forma os processos educativos não formal e informal contribuem na preservação da memória e a cultura, como se constitui a liderança e o que consideram como relevante para manutenção e repasse dos conhecimentos de sua cultura.

Por fim, no sexto capítulo apresenta-se as considerações finais.

2. QUILOMBOS E LIDERANÇAS FEMININAS

Nesse capítulo apresenta-se como se originaram os quilombos, desde o processo de colonização do Brasil, a sua história de lutas e resistências, as questões de violação dos direitos à terra de origem. Explica-se o procedimento histórico desta violação, que mais recentemente ocorreu no Oeste do Paraná. Também cito a organização social da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, seu modo de ser e sua cultura. Neste mesmo capítulo, trago referenciais sobre as lideranças femininas negras, como se formaram e como atuam nos dias de hoje.

2.1 HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA

O Brasil é um país que se constituiu por meio de violência, opressão, exploração e dominação do seu povo. As lutas por melhores condições de vida eram constantes e sempre estiveram presentes no cotidiano do povo brasileiro (MORISSAWA, 2001; FERNANDES, 2008).

Esse processo de exploração da terra inclui a história dos povos africanos trazidos para o Brasil como mão de obra escrava. Atualmente estudos registram que 12,5 milhões de africanos embarcaram à força para as Américas em 36 mil viagens negreiras entre os séculos XVI e XIX. A maioria dessas viagens tinham o Brasil como destino, tendo sido embarcados para cá 5.532.120 de africanos e desembarcados 4.864.3721 (ELTIS; HALBERT, 2013).

Foram 300 anos de escravidão e violências de todos os tipos, alguns conseguiam fugir para os quilombos e lá se organizavam em um território de produção de alimentos, de esperança, de resistência, e de liberdade das opressões da senzala, mas, como é sabido pela história, os quilombos foram sistematicamente atacados e destruídos, prática que visava retomar a mão-de obra escrava, mas também impedir o crescimento e multiplicação dos quilombos.

2.2 ORIGEM DOS QUILOMBOS

Ao retornar ao passado de constituição da nossa história, constata-se que o Brasil teve sua parcela de contribuição para a existência dos quilombos, no período entre 1500 a 1880, por exemplo, a imigração forçada da população africana durante o tráfico transatlântico de escravizados. Imigração esta, que veio por meio do explorador português que invadiu territórios indígenas movido por interesses econômicos e de expansão territorial. Nesse processo, segundo Gomes (2015), aproximadamente 3,5 milhões de mulheres e homens africanos foram obrigados a deixar os seus países de origem para se tornarem escravizados na colônia. Tal processo é marcado pela violência contra as populações negras e pelas condições desumanas a que foram submetidas, condições essas em que eram obrigadas a desenvolver atividades agrícolas (na produção de cana-de-açúcar, algodão e tabaco), além disso, realizavam trabalhos de pintura, sapataria, construção civil, carpintaria, serviços domésticos (dentre outros), tendo contribuído significativamente para a construção do estado brasileiro (GOMES, 2015).

Conforme afirma Maestri (1986, p. 19) “o Brasil foi o primeiro país da América a adotar a escravidão e o último a aboli-la, foi o que mais se utilizou da mão de obra escrava” e o modo como ocorreu este processo de imigração ficou registrado como um dos acontecimentos históricos mais importantes do país e um dos mais revoltantes da história mundial.

Segundo Costa (2004), a população negra reagia de diversas maneiras para não serem escravizados, algumas mulheres, por exemplo, provocavam aborto para evitar que seus filhos também se tornassem escravos, alguns cometiam suicídios enforcando-se ou envenenando-se. Eles passaram a revoltar-se contra o sistema vigente da época e começaram a reivindicar seus direitos por meio fugas individuais. As fugas eram constantes e quando perceberam que as reivindicações coletivas lhes rendiam melhores resultados, desenvolveram o espírito de grupo, pois as fugas coletivas dificultavam a captura e lhes garantia a subsistência.

Como forma de subsistência, os escravizados criaram outras estratégias de resistência à escravidão, alguns se rebelavam e reagiam com violência contra seus senhores ou feitores, outros reduziam ou paralisavam suas atividades, outros

sabotavam a produção quebrando ferramentas ou até mesmo incendiando as plantações de seus senhores.

Na América, era frequente a formação de grupos de escravos fugidos como forma de resistência à escravidão. Dessa forma fundaram vilarejos chamados de mocambos ou quilombos, denominação que segundo Moura (1987), significa na língua nativa moradia ou habitação.

Na África, a palavra quilombo é originária da língua de cultura banto e quer dizer acampamento guerreiro na floresta e na língua quimbundo significa união, ajuntamento, povoação.

No Brasil, esses grupos recebiam o nome de Quilombo, que de acordo com o Dicionário de Português Online¹ - quilombo, significa: lugar secreto em que ficavam ou para onde iam os escravos fugidos, normalmente encoberto ou escondido em meio ao mato: quilombo dos Palmares, ou de Mocambos que segundo o dicionário online, significa: tapera, casa miserável e sem conforto. E seus membros eram chamados de quilombolas ou mocambeiros. (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ONLINE)

Para Moura (1987), a resistência quilombola foi uma forma de luta frequente em vários períodos e regiões da América Portuguesa. E desde o século XVII até os anos finais da escravidão, muitos africanos e descendentes continuaram fugindo e se reunindo nessas comunidades, construindo história de luta pela liberdade.

As fugas constantes causaram grande repercussão, tendo em vista que a vida nos quilombos estava ligada a uma série de atividades tais como: agricultura, caça, coleta de alimentos entre outros que acabou por obrigar a Coroa Portuguesa a tomar providências. Considerando quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (MOURA,1987, p. 11).

Desde então, os quilombos tornaram-se conhecidos como concentrações habitacionais de escravos fugitivos que resistiam a escravatura.

Os quilombos, eram formados por negros escravizados e também por outros povos que viviam embrenhados nas matas. Dessa forma, desenvolveram e se organizaram em grupos e se transformaram em centros de resistência. Assim

1 <https://www.dicio.com.br>

surgiram os quilombos, entre tantos no Brasil o Quilombo de Palmares destaca-se como um de maior importância no contexto histórico brasileiro no que se refere a formação e organização de núcleos de povoamentos e recebeu este nome porque ocupava uma extensa região de palmeiras situado no atual estado de Alagoas que na época fazia parte da capitania de Pernambuco. Este quilombo teve duração de mais de um século e tornou-se um símbolo brasileiro, significando resistência à escravidão.

Segundo o historiador Lindoso (2011), as comunidades de mocambos que existiam passaram por um processo de evolução no cenário da história social e tornaram-se símbolo de luta e resistência.

O Quilombo dos Palmares é um fato histórico difícil de entender, e pelo fato dos preconceitos historiográficos dos que assumiram a tarefa de esclarecê-lo e explicá-lo. É que a criação de uma comunidade de mocambos, e que depois se organizou num quilombo, implica que não se tratou de um fato meramente de fugas de escravos, mas de um enorme fato político, que abalou a estrutura do Estado colonial. [...] Pois o que se tentou no Quilombo dos Palmares foi mais do que criar um estado de alforria por conta própria, foi criar um estado de nação (LINDOSO, 2011. p. 18-19).

Porém, foi somente nas últimas décadas do século XX que a questão quilombola volta a fazer parte do cenário social brasileiro, pois iniciava um processo de revalorização da ideia de quilombo na trajetória dos movimentos sociais. O quilombo passou a ser visto como um símbolo do processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do movimento negro contemporâneo no Brasil.

2.3 QUILOMBO NO PARANÁ

No Paraná a presença de africanos escravizados e de seus descendentes foi silenciada por muito tempo em sua história. Acreditava-se que o Paraná era colonizado somente por colônias europeias, onde era predominante a raça branca, mas estudos revelam que no Paraná também existiu a escravidão negra, tanto existiu que em 1853, quando ocorreu a emancipação política do Paraná, 40% da população do estado eram compostas por negros. Atualmente, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que 54% da população brasileira é negra (PRUDENTE, 2020).

Segundo Santos (2001), com as atividades da pecuária no século XVIII, houve a necessidade do trabalho escravo, constituindo a maioria nos serviços internos das fazendas no Paraná, acompanhado de assalariados livres e agregados subordinados aos seus senhores.

A escravidão no Paraná ocorreu de forma muito semelhante ao restante dos outros estados brasileiros. Ocorria principalmente nas regiões onde a economia estava integrada com outras regiões do país. Os povos indígenas e negros eram considerados uma mercadoria de muito valor, pois esses povos produziam muita riqueza por meio do trabalho braçal.

As pessoas escravizadas no estado do Paraná, assim como no restante do Brasil estavam sujeitos a todo tipo de violência e de transações comerciais, tais como: a leilão, à compra e venda, penhor, aluguel. Assim, as pessoas escravizadas, eram uma importante fonte de renda para o governo e para os senhores donos delas. De acordo com Steca e Flores (2002), as pessoas escravizadas coartadas, ou seja, que pertenciam a mais de um dono eram alugados para trabalhar em outras regiões, e os lucros repartidos entre os legítimos donos. As pessoas escravizadas eram a mão de obra barata e por isso realizavam todo tipo de trabalho desde serviços domésticos até os serviços de maior esforço braçal nos portos e engenhos de erva mate. (KLOZOVSKI, 2020).

A primeira comunidade negra a ter o território titulado no Paraná foi a comunidade Paiol de Telha, que no dia 21 de outubro de 2014, depois de muitas lutas judiciais, conquistou o direito constitucional da propriedade coletiva da terra. Pode-se considerar esta titulação como um avanço para a (re)configuração da estrutura agrária paranaense e deve representar um estímulo para que outras comunidades e organizações sigam lutando para a conquista do reconhecimento de outros quilombos no estado do Paraná. Conforme afirma, Ianni (2006), estas conquistas são desafios para o século XXI, que somado ao processo de globalização, não poderão ser confundidos com culturas universais e globais.

Sendo assim, a Comunidade Quilombola Paiol de Telha, lócus empírico desta pesquisa, é fruto do processo de expulsão de seus moradores durante o período judicial e expropriação do território geográfico titulado aos descendentes dos onze escravos libertos pela escravocrata Balbina Francisca de Siqueira. Para

Carraro (2016), a comunidade quilombola Paiol de Telha foi marcada por uma história de luta e resistência e, para compreender seu o processo de constituição considera-se essencial contextualizar de maneira breve, sua origem.

Conforme descreve a autora citada, as terras que formam o território tradicional faziam parte da fazenda Capão Grande de propriedade de dona Balbina Francisca de Siqueira, que por volta do ano de 1866 faz doação dessas como forma de pagamentos pelos serviços prestados e deixa registrado em testamento a onze trabalhadores e trabalhadoras escravizados. (CARRARO, 2016). O testamento não deixa claro quanto à exatidão das dimensões geográficas da área doada, apenas relata a sua localização de acordo com os padrões da época, conforme consta em parte da transcrição do referido documento:

[...] declaro, que a Invernada denominada do Paiol de Telha, passiva na Fazenda do Capão Grande, e que principia deste Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura existentes, ficarão pertencendo por meu falecimento a todos os escravos de cima mencionados e as suas famílias para morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos. (MARTINS, 1999, p. 409).

Segundo Carraro (2016), esperava-se que em 1868, após a morte da senhora Balbina Francisca de Siqueira, que se cumprisse normalmente o processo de doação das terras. Porém, começaram alguns conflitos que envolviam a posse da terra herdada pela escravocrata. Eles originaram-se pelo fato do texto que trata do testamento que não é muito claro e também pela revolta e recusa dos herdeiros consanguíneos em ceder a área destinada aos herdeiros que neste caso, ainda eram ex- escravos (CARRARO, 2016).

Para tanto, o território no qual se localiza a comunidade quilombola Paiol de Telha foi alvo de inúmeras contestações e apropriações indevidas por familiares da benfeitora dona Balbina, fazendeiros, grileiros e pela desapropriação de terras efetuada pelo Governo do Estado do Paraná na década de 1950, quando deu início ao processo de imigração “suábica” na região de Guarapuava (FELIPE; PELEGRINI, 2018 ; KLOZOVSKI, 2020).

Carraro (2016), afirma que, após um intenso processo de expropriação da terra que lhes era de direito, os quilombolas descendentes dos herdeiros foram definitivamente expulsos do território, na década de 1970. E desde a herança até a

usurpação de suas terras, as famílias viveram conflitos intensos com a Cooperativa Agrária, que tentou conquistar parte dessa propriedade com uma requisição judicial de usucapião. O grupo quilombola persistiu reivindicando legalmente as suas terras, que por serem asseguradas como herança no testamento da ex-proprietária, conquistou a titulação de parte do território reivindicado, em abril de 2019.

2.4 LIDERANÇAS FEMININAS E NEGRAS

O estudo sobre produções acadêmicas existentes sobre as lideranças femininas negras, bem como a reflexão sobre o conteúdo dessas produções, torna-se importante para a identificação de falhas ou omissões naquilo que já foi produzido e nos avanços já conquistados. Tal investigação ocorreu meio de um levantamento breve sobre a produção acadêmica que utiliza como categoria as lideranças femininas nas comunidades quilombolas em vários estados do Brasil, no sentido de identificar a importância dessas lideranças composta por mulheres negras. Interessava-nos principalmente, saber, de que forma ocorriam os processos de significação dessas lideranças femininas, o seu modo de ensinar e aprender, de perpetuar os costumes e a cultura do seu povo.

Nesse sentido, buscou-se mapear as produções acadêmicas dos últimos cinco anos sobre as lideranças femininas nas comunidades quilombolas nos estados brasileiros. As produções foram realizadas por meio de pesquisa no google acadêmico, banco de teses e dissertações CAPES e CNPQ e englobam, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado na grande área de ciências humanas² (história, geografia, sociologia, antropologia, educação), que deram visibilidade a luta e perpetuação da cultura por lideranças negras femininas.

² Isso porque o foco dessa dissertação vincula-se aos processos educativos não formais e informais tendo a grande área de Ciências Humanas, sua vinculação direta. Todavia, isso não significa que outras grandes áreas do CNPQ não tenham estudos sobre lideranças negras femininas. Nesta pesquisa o recorte se vincula às Ciências Humanas.

QUADRO 1: Publicações acadêmicas lideranças negras femininas (2017-2021)

Título	Ano	Publicação	Autores
Liderança Feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras	2017	Revista da Faculdade Eça de Queirós	Célia Regina Ramos da Silva Paula Manguiera de Carvalho Elisangela Leandro da Silva
“Marielle Virou Semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder.	2018	Revista Sociologias Plurais.	Andréa Franco Lima
Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.	2018	Revista Direito e Práxis.	Ângela Figueiredo
Lideranças femininas nas Folias de Reis, nas Umbandas e Candomblé: uma análise de fluxos e refluxos	2019	Revista de estudos e pesquisa da religião	Andiara Barbosa Neder Gilciana Paulo Franco
O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)	2019	Cadernos Pagu	Tauana Olivia Gomes Silva Cristina Scheibe Wolff
Movimento de mulheres negras no Brasil: desafios da resignificação de uma identidade feminina negra em períodos de pandemia.	2020	Revista Contraponto	Letícia F. Souza Rodrigues
Diálogos pedagógicos sobre liderança feminina negra: entre o terreiro e a escola.	2020	Revista Interfaces da educação	Ellen Aniszewski Rosângela Malachias
Lideranças negras: reflexões sobre interseccionalidade no mercado de trabalho	2021	Dissertação de Mestrado	Anna Cristina Almeida
A escrita de vivências e sua relação com a formação de lideranças femininas negras no Brasil	2021	Revista Sociopoética	Daiany Silva

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Diante do exposto no quadro 1, percebe-se que as mulheres negras, vêm conquistando aos poucos seu espaço na sociedade. Nesse sentido, as autoras Silva, Carvalho e Silva (2017), abordam a questão da liderança feminina no mercado corporativo, mostrando que as mulheres do século XXI, vêm se destacando, cada vez mais, em cargos de comando, estando em evidência e conquistando seu lugar nas organizações empresariais. Essas mulheres desenvolvem funções que até pouco tempo eram realizadas somente por homens, demonstrando que estão

preparadas e que são capazes conquistar independência financeira e os mais altos cargos nas companhias. Porém, ainda é necessário lutar contra os modelos ultrapassados de que nas organizações, os cargos de maior relevância são sempre destinados aos homens e que tem dificultado a ascensão profissional das mulheres no mundo corporativo.

No artigo intitulado: “Marielle Virou Semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder, publicado na Revista Sociologias Plurais em 2018, Silva (2018), buscou identificar as candidaturas de mulheres negras nas eleições proporcionais no ano de 2018 como parte de um projeto coletivo, amplo e contínuo de emancipação e transformação social que tem orientado as experiências de organização e de resistência das mulheres negras desde o período da escravidão, até os atuais movimentos feministas. A autora realiza uma breve revisão bibliográfica da literatura sobre o feminismo negro para então conhecer, elencar e interpretar, a partir dessa revisão, as ações de campanha de candidatas negras aos pleitos proporcionais em 2018. que aderiram a uma proposta de coletivização dos mandatos.

No resumo intitulado: Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, Figueiredo (2018), discute algumas contribuições políticas e sociais do movimento de mulheres negras, e relata ainda que, as demandas contidas na “Carta das Mulheres Negras” denunciam a falência do projeto civilizador levado a cabo pelo Estado brasileiro, que exclui significativa parcela da população brasileira, e exigem um novo pacto civilizatório.

As autoras Neder e Franco (2019), traçam reflexões que levam à compreensão de como vêm ocorrendo em contextos religiosos deslocamentos na direção contrária do que acena cada tradição em relação ao papel da mulher nesses ambientes. Como as mulheres estão ganhando espaço em ambientes religiosos tradicionalmente androcêntricos. As autoras abordam dois contextos religiosos aparentemente autônomos, mas quando se investiga suas raízes identitárias e percebe-se o entrecruzamento de elementos que ocasionam a emergência de realidades diversas do que a tradição consideraria natural, ou que tenha se tornado naturalizado. Pode-se pensar que as tendências de igualdade estejam tentando se

impor em um fluxo de transmissão de poder, de onde tem mais para onde tem menos. Por um lado, é possível observar esse fluxo com o aumento do alcance das ideias feministas que se disseminam no terreno social fértil e possuem aderência. Por outro lado, o peso e onipresença da estrutura patriarcal, que mesmo sofrendo abalos sísmicos não se desmantela, promovem refluxos consideráveis. Os contextos sobre os quais foram empenhados esforços reflexivos, comparativos e compreensivos são as Folia de Reis e religiões de matriz africana, especificamente a Umbanda e o Candomblé.

Silva e Wolff (2019) realizaram uma análise sobre as contribuições das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Elas observaram que as mulheres negras, durante o período de transição democrática nos anos 1980, participaram ativamente para a reestruturação dos movimentos sociais. Dessa forma, pretendiam discutir as divergências e redes de solidariedade entre os diferentes grupos de mulheres.

Em Diálogos Pedagógicos sobre Liderança Feminina Negra: entre o terreiro e a escola, publicado no portal de periódicos Interfaces da educação, as autoras Aniszewski e Malachias (2020), afirmam que esse trabalho surgiu a partir das reflexões provocadas pelas leituras propostas na disciplina Tópico Especial – Interfaces Educomunicativas: Mulheres Líderes nos Contextos Local e Global do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Elas analisam o autorrelato da historiadora e mãe de santo Ilka Santos, apresentam aproximações e distanciamentos da liderança no ambiente escolar e religioso, indicando interfaces dos campos da Educação, da Comunicação, Cultura e Advocacy. As autoras ressaltam que a identificação da liderança feminina negra, para além do ambiente religioso e principalmente no ambiente escolar se deu no reconhecimento da experiência de vida dessas mulheres, como exercício de ruptura com os estereótipos racistas, que as desumanizavam reduzindo-as à objetificação e/ou à invisibilidade. Favorecendo dessa forma a compreensão sobre o exercício da liderança em instâncias paradoxais, mas culturalmente relevantes para o estabelecimento das tessituras sociais.

No artigo: Movimento de mulheres negras no Brasil: desafios da ressignificação de uma identidade feminina negra em períodos de pandemia, Rodrigues (2020), buscou compreender os desafios da ressignificação do movimento feminista negro e as estratégias utilizadas por este movimento frente a COVID-19. Observou-se nos movimentos sociais, a necessidade de atualização teórica e novas formas de atuação social dos atores sociais. Entretanto, nesse período de pandemia mundial, a discriminação racial, bem como a violência policial tem sido debatidas e vem apresentando um papel determinante na atuação do movimento social, como é o caso do Movimento Feminista Negro Brasileiro.

Na dissertação de mestrado intitulada: Lideranças negras: reflexões sobre interseccionalidade no mercado de trabalho, Jesus (2021), buscou responder quem e quais são as trajetórias das Lideranças Negras do Brasil. Para isso, realizou-se entrevistas semiestruturadas com doze pessoas, autodeclaradas pretas ou pardas, sendo oito mulheres e quatro homens – uma escolha metodológica com o objetivo de aproximar e contrastar as experiências sob a perspectiva da raça, mas priorizar a condição de múltiplos marcadores experienciados pelas mulheres negras. As narrativas sobre a história de vida das Lideranças, possibilitaram analisar o caminho que elas traçaram até as posições que ocupam atualmente e, além das avaliações que elas mesmas fazem sobre sua trajetória de lutas, dificuldades e conquistas.

Em “A escrita de vivências e sua relação com a formação de lideranças femininas negras no Brasil”, Silva (2021), faz uma análise sobre a narrativa elaborada por Conceição Evaristo em sua trajetória intelectual e promove o debate sobre a interseccionalidade entre gênero e raça, além de revelar questões sobre os processos de envelhecimento e as relações de poder que permeiam a construção das lideranças femininas. Tendo em vista essa perspectiva que a narrativa da autora traz, Silva (2021), se apropria do seu conceito de “escrevivência” como um recurso etnográfico, por meio de uma breve discussão teórica e metodológica que busca compreender em que medida a escrita de vivências pode se relacionar com a formação de lideranças femininas negras no Brasil.

De acordo com levantamento teórico apresentando no item 2.4 do segundo capítulo deste projeto, pretendeu-se dar visibilidade e fazer uma reflexão sobre lideranças femininas em comunidades quilombolas observando ser algo recente e

pouco discutido na literatura acadêmica nacional. Ou seja, percebe-se haver ainda, uma necessidade preeminente de investigações sobre a trajetória das lideranças femininas nessas comunidades, uma vez que há ampla demanda por pesquisas em que as mulheres negras sejam protagonistas em estudos acadêmicos. Nesse sentido, acredita-se que esta pesquisa permitirá auxiliar a repensar sentidos históricos e contemporâneos sobre as mulheres negras quilombolas e seus territórios.

3. A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA LATINO AMERICANA E SEUS PROCESSOS EDUCATIVOS

Nesse capítulo, procurou-se estabelecer um diálogo entre os pressupostos epistemológicos da psicologia social latino-americana com as estratégias psicossociais entendidas neste contexto como processos educativos não-formais e informais.

Para entender essa composição que representa a psicologia social, busca retratar as concepções e o surgimento, como é vista a psicologia social latino-americana e como pode subsistir esta alternativa, distinta da tradicional, dentro da forma comunitária principalmente nos processos educativos.

Para representar as estratégias psicossociais nos processos educativos utilizam-se as pesquisas de Maria de Fátima Quintal de Freitas entre outros, que abordam os pressupostos epistemológicos e metodológicos Psicologia Comunitária Latino Americana.

3.1 CONCEPÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

De acordo com González-Rey (2004), a psicologia social foi institucionalizada nos Estados Unidos a partir da orientação comportamental de Floyd Allport na década de 1920, que ressaltou a importância de investigar o comportamento dos indivíduos nas relações em grupos a partir das variáveis do contexto sociocultural.

No Brasil nas décadas de 1960 a 1970, a produção científica da psicologia social era muito restrita no que diz respeito às referências bibliográficas, deste modo, as instituições de ensino superior se utilizavam das bases teóricas advindas dos Estados Unidos (GONZÁLEZ REY, 2004).

Segundo Bernardes (2007), foi em 1980 que os psicólogos sociais na tentativa de produzir conhecimento e com o intuito de compartilhar suas práticas de estudo, institucionalizaram a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

A psicologia social teve início primeiramente, com a ideia de ciência experimental pela forma materialista e de comportamento a partir de realização de experimentos. Ocorreu no período da modernidade, pelo pressuposto do materialismo científico. Da perspectiva do materialismo científico é que “o ser humano, a sociedade e o mundo são iguais e devem ser tratados, epistemologicamente falando, do mesmo modo” (GUARESCHI, 2010 p. 30).

Tendo origem no estudo científico da psicologia na modernidade, a psicologia social surgiu como uma ampliação desse estudo, nas questões sociais, surgindo algumas discussões a respeito da sua finalidade. Para que a psicologia se tornasse social, foi necessário justificar as representações sociais no cenário em que o indivíduo estava inserido, para entender o modo de agir do indivíduo e sua interação em grupo (ROBERTAZZI, 2011; JACÓ-VILELA; SATO, 2012; GUARESCHI, 2010; DE SÁ, 2012).

A concepção teórica da psicologia social teve início com o interacionismo simbólico, que se refere ao “modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal segmento de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas” (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, 148). É a maneira de ver o mundo a partir da compreensão que o indivíduo tem do meio em que vive e da sua existência. Sendo assim, o estudo da psicologia social observa o comportamento humano, suas ações, seu modo de socializar, a forma como o indivíduo interpreta o mundo e tem a reflexão de si e das coisas a sua volta.

O conceito da psicologia social para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 13) refere-se ao “estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social)”. Ainda, para complementar essa definição, os autores afirmam a psicologia social busca compreender os processos cognitivos e comportamentais que são utilizados pelos indivíduos nas relações sociais, tais como, preconceito e violência. Trata do entendimento do indivíduo por meio de seu comportamento diante das relações sociais e interação com o grupo.

Para Spink (1993, p. 300), “as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social”, estão inseridas nos fenômenos individuais e

coletivos pela sua forma multidisciplinar e contribuem de forma singular no seu estudo. Já para Jodelet (2001), as representações sociais são conduzidas pela interação dos indivíduos com outras pessoas e com o mundo. Elas determinam os comportamentos e as comunicações sociais, além de ser um instrumento de transformação social dos grupos.

Na percepção das relações sociais, segundo Robertazzi (2011) a psicologia social passou a ser vista de maneira diferente, no que diz respeito ao entendimento do ser humano, voltado às suas interações sociais. Dessa forma, o estudo da psicologia nunca mais foi visto de modo tradicional, no qual se considerava a vida social do indivíduo, ocasionando a evolução da psicologia que até então compreendia tão somente um processo clínico. A psicologia passa a ter um olhar voltado exclusivamente ao indivíduo, considerando fatores que o abalavam ou influenciavam ao socializar-se com as outras pessoas no contexto de sua vida social.

De acordo com Lane (2015, p. 74-75), os estudos da psicologia social só evoluíram e fomentaram as pesquisas científicas, a partir das relações sociais de interação.

[...] a Psicologia Social só iria se desenvolver como estudo científico, sistemático, após a Primeira Guerra Mundial, juntamente com outras ciências sociais, procurando compreender as crises e convulsões que abalavam o mundo. Um desafio era formulado aos cientistas sociais: "Como é possível preservar os valores de liberdade e os direitos humanos em condições de crescente tensão social e de arregimentação? Poderá a ciência dar uma resposta?". E os psicólogos sociais se puseram a campo para estudar fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais etc. É nos Estados Unidos, com sua tradição pragmática, que a Psicologia Social atinge o seu auge, a partir da Segunda Guerra Mundial, através de pesquisas e experimentos que procuravam procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais para garantir uma vida melhor para os homens (LANE, 2015, p. 74-75).

A psicologia social tem sido debatida na Europa desde 1872 e nos Estados Unidos teve início na década de 50, porém as etapas de construção foram discutidas por extensos períodos como forma experimental, ou seja, fases de observação do comportamento do indivíduo. Em seguida, com o objetivo de compreender o

comportamento do indivíduo em grupo, foi necessário modificar o estudo para o movimento de forma social (GUARESCHI, 2010).

Góis (2008), relata que inicialmente os estudos da psicologia social não dependiam do processo sócio-histórico e foram relacionados ao comportamento de grupos, a conduta humana, a adaptação do indivíduo na vida social, as suas ações e interações sociais.

Para os autores Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), a psicologia social é diferente de outras vertentes, e caracteriza-se pela questão situacional, direcionada às atitudes do indivíduo pela sua relação interpessoal. O comportamento interpessoal, motivado pela influência situacional, representa a análise do psicólogo social. A partir disto, considera-se todo o procedimento da personalidade do indivíduo.

A psicologia social é o estudo do comportamento humano, pela sua interação social e seu pensamento como resultado desta interação. Tem como foco o comportamento social, influenciado pelas relações das pessoas, convivência e influência histórico-social (LANE, 2015; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, p. 13).

Há argumentos que asseguram que a psicologia social é o estudo do comportamento humano, pela sua interação social e seu pensamento como resultado desta interação. Baseando-se no comportamento social influenciado pelas relações das pessoas e sua influência histórico-social. Asseguram também que o ambiente representa de forma significativa na conduta dos indivíduos, e ao estudar o comportamento humano por meio de métodos científicos, analisa o modo como as pessoas se relacionam e como produzem seus pensamentos e comportamentos em determinado ambiente. (LANE, 2015; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009).

De acordo com Ferreira (2010), a psicologia social advém do estudo de várias vertentes: primeiramente da sociologia e da filosofia, em seguida da psicologia, por fim se introduz o estudo do processo histórico-crítico. Nesta última vertente discute-se pelo critério de questionar as condutas da sociedade moderna. Estas questões levantadas em estudo conduzem a crítica em relação as ações de abusos e de dominação dos oprimidos, acometidos pelo sofrimento devido a explorações e injustiças sociais.

O Quadro 2, retrata as etapas pelas quais a psicologia social passou até adquirir cunho social, por meio de debates e estudos. A princípio foi considerada como experimental, em que se observava o indivíduo por si só. Evoluiu para as representações e o simbolismo. Foram vários empreendimentos para trabalhar coletivamente, mas, foi somente nos Estados Unidos que efetivamente surgiu o estudo do social, examinando as condições sociais das organizações.

Quadro 2 – Etapas do Desenvolvimento da Psicologia Social no mundo

Etapas da Psicologia Social	Estudos Realizados
Psicologia experimental	Desenvolvido na Alemanha - Estudo experimental
Psicologia individualista	Iniciou na América do Norte - Estudo dos indivíduos
Psicologia da representatividade e do simbolismo	Ensaio da formação de uma psicologia da representação social, simbólica e psíquica.
Psicologia coletiva	Ensaio da formação de uma psicologia coletiva - observação da perspectiva social, não teve seguimento como estudo porque era considerada irracional.
Psicologia fisiológica	Originária da Alemanha - estudo psíquico, imaterial e mental, mas com foco individual.
Psicologia das representações sociais	Trazida dos Estados Unidos para a América Latina - estudos do individual para o social, incorporação do externo e interno, processos estruturais e novos contextos sociais.

Fonte: Adaptado de Guareschi (2010 e Menon (2019)

Diante do exposto no Quadro 2, percebe-se que a psicologia social passou por várias etapas até constituir-se de fato na forma social. Havia uma preocupação social, mas que seguiram com tentativas até se chegar ao nível de se considerar os fatores de condições sociais dos sujeitos. Como já foi dito, a psicologia experimental foi o primeiro estudo científico, um pressuposto do materialismo científico, considerando o fisiológico, biológico e comportamental. No âmbito individualista, era o estudo dos indivíduos por si só.

No âmbito da representatividade e do simbolismo, foi uma tentativa de estudo do social pela síntese entre o indivíduo e o social. A psicologia coletiva foi um

estudo das massas, não obtendo resultado. Pela psicologia fisiológica, foi a tentativa de incorporar o social, permanecendo tão somente no individual. Finalmente, a de representações sociais, foi o primeiro passo para colocar em prática a psicologia social.

Apesar de todo os debates, ao longo da história, a psicologia social buscou alcançar a estrutura pretendida e a um conceito considerado ideal. Atualmente é discutida neste eixo social, em que os psicólogos visam atender às teorias e aplicar práticas contundentes para obter melhores resultados para as dificuldades apresentadas pelos sujeitos (GUARESCHI, 2012).

Para Ferreira (2010) a psicologia social, em consequência das diversas tentativas de cunho social, passou a ser crítica. Neste contexto crítica remete à contrariedade em relação à exploração e à opressão do ser humano, pois necessitava modificar este panorama, devido às indagações em relação à aplicabilidade da própria psicologia social, decorrentes das crises causadas pelas duas grandes guerras.

Este modo de ver o campo social, inserida pelos norte-americanos, acarretou críticas aos estudos na América Latina em relação a falta de adequação da prática da psicologia social para resolver problemas sociais que afligiam os países latino-americanos. Essas indagações tiveram início em 1970 decorrente da crise pós-guerra e da ditadura militar.

3.2 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA

A psicologia social latino americana é uma perspectiva da psicologia social. Considerando que os psicólogos atuam na comunidade e o trabalho desse profissional na comunidade tem uma função política e social e tem por objetivo fortalecer os membros das classes populares para que eles possam ser agentes de transformação.

Dessa forma, o fortalecimento das relações sociais das pessoas da comunidade é uma característica relevante da psicologia comunitária, pois é por meio do fortalecimento que ocorre o desenvolvimento das lideranças que promovem

ações políticas e as reformas sociais. A psicologia social latino-americana tem como base de estudo a formação social do sujeito, nas relações individuais e coletivas, pela inter-relação social na qual sofre influência MARTIN-BARÓ, 1998).

Dito de outra forma, a perspectiva da psicologia social latino-americana se propões estudar a ideologia humana, a sua socialização com outras pessoas. Pressupõe orientar o indivíduo para que ele perceba a sua verdadeira realidade, passando da etapa de alienação para a consciência real da sua atuação social (MARTIN-BARÓ, 1998).

Complementar a isso, a psicologia social latino-americana, inserida na comunidade busca fortalecer um público específico, porque estimula o aumento da participação dos indivíduos na comunidade e isso contribui para o desenvolvimento econômico e social. Por isso Wiesenfeld (2014) afirma, que um dos propósitos da psicologia social latino-americana foi o de priorizar o atendimento de locais carentes para trazer melhor qualidade de vida às pessoas necessitadas, devido aos problemas sociais, que determinou um ato de pobreza e de desigualdades.

A psicologia social latino-americana surgiu pela busca da liberdade e da independência como meios para a transformação social e de conduta dos indivíduos, pois somente por meio desta mudança seria possível estabelecer uma política democrática. Compreende-se que este foi um dos fatores fundamentais do surgimento da psicologia social latino-americana, porque não havia possibilidade de manter as crescentes disparidades que os países estavam enfrentando. Era necessário resgatar a dignidade humana e a qualidade de vida da população.

Diante da realidade social existente e preocupados com os problemas sociais acarretados por estes fatores históricos, os psicólogos e principalmente estudantes universitários começaram ir para as comunidades envolvidos em projetos de pesquisa, realizando trabalho voluntário com o intuito de causar uma transformação política e social. A atuação deles tinha por objetivo fortalecer as lideranças locais. Eles trabalhavam principalmente com pessoas de origem muito simples, na maioria das vezes não sabiam ler e nem escrever e tão pouco conheciam seus direitos. Então, nesta época ocorreu um processo de conscientização da população. (LANE, 2015).

No Brasil, a Psicologia foi regulamentada como profissão somente em 1962, antes disso era exercida, principalmente por médicos e profissionais da educação. Como profissão, nasceu comprometida com o projeto da elite de modernização tecnológica do país e, predominantemente, influenciada pelas correntes teóricas tradicionais que desenvolviam uma psicologia de cunho conservador, seja na forma de entender o sujeito, seja nos métodos clínicos e/ou classificatórios e excludentes ou no lugar ocupado enquanto um tipo de ciência que não se volta para a realidade da maioria do povo (FREITAS, 1998).

Mas foi na década de 1970 que a população tomou consciência política e social e com isso houve um aumento na quantidade de movimentos sociais que reivindicavam melhoria na condição de vida das pessoas e também aumentou os movimentos por questões de gênero, raça e movimentos ambientais. A psicologia social latino-americana surgiu pela busca da liberdade e da independência, pela forma como o contexto social e político estava sendo conduzido, onde a violência era rotineira para impor a ordem. Surgiu como um meio para a transformação social e de conduta, porque só com esta mudança seria possível estabelecer uma política democrática e não de militância.

A psicologia comunitária surgiu no Brasil em um contexto de ditadura na década de 1970. O país passava por um momento histórico de mazelas sociais e políticas, tais como: pobreza, repressão, violência, desemprego, precariedade nos serviços públicos, perseguição e desrespeito aos direitos humanos. Essa realidade provocou inquietações e debates nas universidades sobre o papel e compromisso social dos profissionais da Psicologia. Alguns estudiosos descontentes com a Psicologia da época, deram início ao trabalho junto às comunidades carentes. Dessa forma, começava ali uma nova concepção de Psicologia Comunitária, embora experimental, já se comprometia com os processos de luta do povo e, ao mesmo tempo, denunciava o modelo tradicional e conservador das práticas em Psicologias já existentes que eram de cunho totalmente conservador. Na época, a denominação 'Psicologia Social Comunitária' foi uma forma de demarcar essa determinante diferença (FREITAS, 2015; LANE, 2015).

O estudo da psicologia social latino-americana surge com o intuito de alterar a esfera da sociedade e de transformar o cenário atual, motivados pelos problemas

sociais, que retrata a realidade social da população e traz consigo as marcas das crises e desigualdades sociais que sempre afetam aos mais pobres e menos favorecidos. Logo após a II Guerra Mundial, criou-se na América Latina um estudo indagando o modelo de psicologia social tradicional. Surgindo dessa forma o princípio comunitário, voltado aos problemas sociais, que proporcionou um novo olhar com relação a psicologia social (MONTERO, 2003 FERREIRA, 2010; GONÇALVES; PORTUGAL, 2016; WIESENFELD, 2014).

O surgimento da psicologia social latino-americana ocorre devido às críticas dos antigos e tradicionais modelos da psicologia social, olhando atentamente para o contexto social, porém ainda fazia falta estudos que abordassem a prática. E à medida que se desenvolvia a PSCLA desdobrou-se em: política, memória histórica e comunitária, conforme representado no Quadro 3.

Quadro 3 – Desdobramentos da Psicologia Social Latino-Americana

Desdobramentos	Contribuições
• Política	• Intervenção na resolução dos problemas sociais
• Memória histórica	• Compreensão da realidade social e histórica
• Comunitária	• Mudanças sociais das comunidades menos favorecidas

Fonte: Adaptado de Menon (2019)

Diante do exposto no Quadro 3, compreende-se que a PSCLA se desdobra em política, memória histórica e comunitária, e que este desdobramento caracteriza a evolução e, conseqüentemente, atribui significativas transformações no que se refere a sociedade. Tais transformações, referem-se a uma forma de interligação com a política, por sua influência na memória coletiva que de certa maneira contribui para o conhecimento da realidade nas comunidades proporcionando as transformações sociais dos indivíduos (ANSARA,2008).

Ao analisar o indivíduo em suas relações sociais e de natureza humana, considera-se também as realidades em que este indivíduo está inserido, para obter uma visão geral da condição em que está envolvido. Dessa maneira, Robertazzi (2011) afirma que a PSCLA está atrelada ao processo sócio-histórico, sociocultural e

sociopolítico, pois a sua dimensão é ampla em termos de compreensão pela multiplicidade do conhecimento da subjetividade.

Para Martin-Baró (1998), a psicologia social latino-americana é um processo de libertação para o indivíduo, é o caminho para a construção da identidade social. A identidade social é a forma como o indivíduo conhece a realidade à sua volta, o que ele representa para as pessoas, o papel que ele exerce na sociedade e o que ele realmente deseja ser. Neste sentido, o intuito da PSCLA é fazer com que o sujeito conheça a si mesmo e tenha consciência da sua realidade e de suas raízes, além de ser o princípio da libertação do ser humano.

Montero (2003), ressalta que as autoridades políticas, que exercem poder de decisão, deveriam ter um olhar mais atento para os problemas sociais que ocorrem no país e tentar resolvê-los, além de valorizar as identidades culturais das comunidades. Seria uma forma de transformação da sociedade e uma maior perspectiva de qualidade de vida para as pessoas. Espera-se também que ocorra o fortalecimento das comunidades por meio da conscientização e reflexão crítica da população para que possam dar continuidades às suas culturas.

Partindo desse pressuposto, a violência cotidiana é o maior de todos os problemas, pois carrega consigo todas as situações desumanas e contribui para que o sujeito deixe de viver com qualidade. Colaborando também para o descontentamento e desconfiança das pessoas a tudo que se refere ao poder público, dificultando dessa forma a condução da política (MARTINS; LACERDA JR, 2014).

A precariedade causada pela falta de condições adequadas para viver, ocorrem pelo desprezo das autoridades políticas para com as comunidades, que na maioria das vezes são marginalizadas e constantemente exploradas, produzindo desse modo, um cenário de opressão e traumas que acabam impossibilitando as interações sociais (MONTERO, 2010)

Desse modo, cabe a PSCLA junto às autoridades políticas promover meios de resgatar a memória coletiva sobre as opressões que ocorreram na história da sociedade, em que os indivíduos estão inseridos, como forma de conscientização, pois, os sujeitos conscientes da memória dos acontecimentos repressivos, ao sair do ato de alienação passam a entender a realidade dos eventos políticos. E segundo

Ansara (2008), na tentativa de reverter o cenário de repressão política, o processo de conscientização trouxe consigo as memórias de resistência e luta.

Em relação ao comunitário, a psicologia sedimenta-se no estudo das questões psicossociais, produz o conhecimento dos indivíduos sobre a resolução de problemas no seu ambiente social e transformação da estrutura, atenuando os sofrimentos da realidade cotidiana. A psicologia comunitária também intervém nas comunidades para que de todos os sujeitos tenham consciência sobre a sua experiência de vida e sobre si mesmos, tratando-os de forma coletiva, para que as adversidades da vida cotidiana sejam amenizadas. Isto consiste, em obter o bem-estar de todos para que as atividades sejam conduzidas de forma mais leve e prazerosa (MONTERO, 2003).

A PSCLA manifestou-se nos Estados Unidos na década de 1960, essa teoria surgiu porque estavam ocorrendo transformações significativas na sociedade, que suscitavam a ampliação dos estudos de cunho social para acabar ou amenizar os problemas sociais. As transformações sociais foram enfatizadas em consequência da 2ª Guerra Mundial que acarretou sofrimento aos soldados americanos (MENON, 2019).

Atualmente, a psicologia social comunitária tem um cunho político e trata das comunidades que apresentam situações de marginalização. Tendo em vista, que um dos princípios da psicologia comunitária são o suporte social atribuído às comunidades isoladas da sociedade e que não dispõem de acesso aos recursos. Portanto, dependem de assistência para reduzir problemas relacionados ao emocional (ORNELAS, 1997).

A concepção da psicologia comunitária na América Latina estava vinculada a uma perspectiva que recusou os modelos adotados num cenário deprimente, que algumas comunidades da sociedade se encontravam. Sua inserção se deu por conta da pobreza que assolava as comunidades carentes que estavam esquecidas. As desigualdades sociais e a falta de qualidade de vida, intensificaram o posicionamento da psicologia como auxílio na obtenção do bem-estar destas pessoas. A partir desse intuito as mudanças sociais foram acontecendo através da concentração de organismos para melhorar o contexto social destas comunidades e promover o desenvolvimento humano (WIESENFELD, 2014).

A psicologia comunitária teve início no Brasil, aproximadamente na metade da década de 1970 num contexto de ditadura, quando as questões sociais foram discutidas por causa da crescente desigualdade social e das repressões sofridas pela população durante o regime militar que resultou no aumento da miséria. Diante disso, a psicologia comunitária passou a ser amplamente discutida e colocada em prática para desenvolver a consciência acerca da realidade que as pessoas estavam vivendo, além de ampliar as perspectivas de um futuro mais digno (GONÇALVES; PORTUGAL, 2016).

Freitas (2012), ressalta que psicologia social comunitária na América Latina ocupou papel de protagonista no período entre as décadas de 1960 à 1990 que foi marcado por quatro momentos históricos:

- No século XX, os psicólogos desenvolveram estratégias de adaptação de migrantes a favor de moradias, de convívio nas cidades e de inserção no mercado de trabalho;
- Logo depois, amparados pelos profissionais da psicologia, surge a ação de desenvolvimento de projetos políticos comunitários, pensados para a melhoria na educação e a construção de casas populares; amparados pelos profissionais da psicologia;
- Já no Brasil e na América Latina, no período de ditadura militar, os profissionais da psicologia contribuíram de forma considerável para o processo de inserção da psicologia comunitária nas grades curriculares da educação superior da área em questão;
- Finalmente, a educação intensifica seu trabalho na alfabetização e na conscientização libertadora.

O objetivo principal dos marcos históricos citados, era reduzir os problemas sociais tais como: “fome, miséria, desemprego, doenças e analfabetismo” (FREITAS, 2012).

Dessa forma, para que a psicologia comunitária fosse fortalecida no Brasil, e suas ações tivessem cunho prático, foi necessário discutir e estimular a sua aplicação nas comunidades. Sendo assim, no ano de 1980 foi instituída a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, com o propósito da interação de estudos na área, ampliação do conhecimento do campo social e o

estímulo a reflexão e crítica das questões sociais. Os instrumentos que possibilitaram essa reflexão alcançaram sucesso e atualmente rendem procedimentos significativos para a psicologia social (JACÓ-VILELA; SATO, 2012).

Segundo Góis (2008), as contribuições trazidas da PSCLA para a América Latina foram bem significativas e resultaram em mudanças sociais, ampliação do senso crítico, defesa dos direitos humanos relacionados a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Organizou o modo de intervenção nas comunidades no sentido de combater a violência e de criar perspectivas para um futuro melhor. E só é possível aprimorar os índices de desenvolvimento humano a partir da concepção da psicologia comunitária, que possibilita mudanças necessárias no sentido de reconhecer as organizações sociais que utilizam meios ordinários como forma de vida, pois ao considerar as comunidades alternativas, a dependência diminui e a construção social acontece (GÓIS, 2008).

A psicologia social comunitária como prática psicossocial, tem como característica principal: dar poder de decisão aos indivíduos dentro das comunidades, sem que eles necessitem a interferência de outros na gestão- e neste ponto se vincula aos processos de educação não-formal e informal; possibilitar mudanças sociais para todos os indivíduos do grupo; utilizar as memórias históricas e aspectos relacionados a sua cultura, para a compreensão da realidade da comunidade; garantir melhoria na qualidade de vida; suporte aos marginalizados, para a melhoria nas relações sociais e na condução da sua vida. Para a comunidade tais características tornam-se relevantes na manutenção de sua cultura e a todas as questões que se referem à perspectiva de realização e motivação (MONTERO, 2003).

Dessa forma, a PSCLA na perspectiva crítica deve contemplar experiências práticas, como por exemplo, aquelas desenvolvidas nos espaços comunitários do ponto de vista da Psicologia Comunitária (BOCK, 1997; SCARPARO; GUARESCHI, 2007). Assim sendo, as comunidades quilombolas, tornam-se o cenário ideal, enquanto espaço comunitário, rico em possibilidades e situações que ainda necessitam de análise e intervenção.

Sant'Ana (2008) afirma que, as ações no âmbito comunitário devem ser norteadas pelo compromisso de transformação da realidade social, visando à

emancipação e ao efetivo processo de democratização educacional e social, o que vai ao encontro dos pressupostos da Psicologia Comunitária. Segundo ela:

Ao considerar as condições concretas da comunidade e do contexto educativo e suas multi-determinações, o psicólogo pode direcionar sua prática visando à autonomia dos sujeitos e à melhoria das práticas pedagógicas, por meio do diálogo com os diferentes agentes comunitários. [...] a prática do psicólogo no contexto educacional deve-se pautar em uma perspectiva emancipadora a fim de fomentar a consciência crítica das pessoas para que possam intervir na realidade, contribuindo para suas condições de vida (SANT'ANA, 2008, p. 81-82).

A autora salienta ainda algumas estratégias possíveis para a intervenção psicológica em um trabalho efetivo com a comunidade, tais como: pesquisa-ação, técnicas de grupos focais, dinâmicas de grupo, grupos de reflexão e de produção escrita, visando dar subsídios para trabalhar com a equipe pedagógica e com a comunidade, contribuindo com as mudanças que se pretende alcançar (SANT'ANA, 2008). Sant'Ana e Guzzo (2016) asseguram ser essencial motivar, conscientizar e empoderar as pessoas, para que elas possam ser agentes transformadores de suas realidades e dessa forma melhorar seu ambiente e sua condição de vida.

3.3 LIDERANÇAS FEMININAS NA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA: COMO SE CONFIGURAM NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?

Para Montero (2010, p.43), a liderança comunitária configura-se como um fenômeno que resulta da interrelação dos diversos agentes de um sistema social, um processo de cunho “ativo, participativo e democrático, que fortalece o compromisso com a comunidade e gera modos e modelos de ação”, sendo assumido como um serviço.

Rojas (2013), aponta que há cerca de duas décadas a liderança comunitária passou a ser compreendida como sendo mais própria de uma comunidade que de um indivíduo, pois não se trata de algo feito pelo líder sobre a coletividade, nem um conjunto de contribuições individuais para as metas coletivas, mas de algo distribuído, assumido por diferentes líderes segundo as competências e o momento que vive a comunidade.

Ainda segundo Rojas (2013), emergem líderes que representam as comunidades e salienta que, é a liderança que acompanha as necessidades e interesses da comunidade e não o contrário, sendo este um dos desafios que elas têm que enfrentar por estarem inseridos em uma cultura patriarcal que estimula os interesses individuais sobre os coletivos.

No que diz respeito ao surgimento das lideranças, Montero (2010) diz que isto acontece nos encontros da comunidade onde se planejam e organizam as ações ou diante das circunstâncias que afligem a comunidade e tornam necessária uma ação urgente. Neste sentido Rojas (2013), acrescenta que elas aparecem em momentos de crise da comunidade ou como resultado de seu próprio desenvolvimento ao fortalecer seus moradores e facilitar o surgimento das lideranças.

Com relação às lideranças femininas um estudo baseado na identidade de gênero, conduzido por Yus (1997), mostrou, que elas apresentam um conjunto diverso de habilidades sociais, entre as quais: maior sensibilidade para com as necessidades dos vizinhos; uma visão complexa da realidade social e da situação de pobreza em que vivem, o que lhes possibilita criar estratégias de enfrentamento eficazes, seja em busca de recursos econômicos e humanos de forma eficiente ou planejando ações para atingir metas.

Em uma investigação documental com abordagem psicossocial sobre as lideranças femininas, Uribe e Chaparro (2012), apontam a existência de comportamentos pró-sociais como elemento fundamental para a participação social e a cooperação, solidariedade e o altruísmo como condições necessárias para as ações coletivas de transformação social, revelando que as lideranças femininas não estão preocupadas tão somente com o reconhecimento político ou social, mas são motivadas por interesses como o aperfeiçoamento pessoal ou a possibilidade de ajudar suas comunidades.

As autoras indicam ainda, que um elemento constante nas lideranças femininas é o desenvolvimento de habilidades sociais, como a empatia, para a construção de vínculos, geração de confiança e suporte emocional para os membros da comunidade. A espiritualidade surge como um fator de resiliência no enfrentamento das crises e aceitação de tragédias, a literatura ainda destaca a

presença do humor social, capacidade de considerar as situações de sua realidade e do cotidiano em geral a partir de uma perspectiva humorada.

Anhas (2019), aponta que as lideranças femininas impulsionam processos que fortalecem os diferentes âmbitos em que exercem a liderança por meio de capacidades como: gerenciamento de recursos; liderança das ações de mudança; geração de processos de formação nas comunidades e a busca de transformação das situações de exclusão ou injustiça. (ANHAS, 2019)

Sendo assim, visualiza-se o papel que as mulheres ocupam na sociedade contemporânea, assim como os lugares por ela conquistados. No entanto, é perceptível que por diversas vezes, as mulheres ainda são invisibilizadas em certos espaços. Focalizando o papel da mulher atualmente, a conquista por espaços antes ocupados apenas pelos homens é uma conquista irreversível, conquista em que as mulheres têm se envolvido a fim de evitar a sua exclusão em processos sociais, econômicos, políticos e culturais, sobretudo para se emanciparem de estereótipos femininos mantidos pelo patriarcalismo (SAFFIOTI, 2004).

Entretanto, devido as opressões históricas, o cotidiano desenha-se como desafiador para as mulheres, no sentido em que ainda há violência (simbólica ou não) no cotidiano feminino, além disso, as desigualdades mantidas tempos a fio ainda são ultrajantes em termos de gêneros, onde há diferença salarial, de acesso ao mercado de trabalho, sobrecarga doméstica nas atividades de cuidado da casa e criação dos filhos, dentre inúmeras outras disparidades (na indústria cultural, na produção acadêmica e etc) que ainda permeiam o cotidiano da mulher. No caso dos quilombos, o olhar para as lideranças femininas nesses espaços, ajuda a repensar sobre os papéis sociais de gêneros na atualidade e produzir outros sentidos para o que é ser mulher na contemporaneidade.

Sendo assim, torna-se relevante uma observação mais atenta a respeito da relação entre a Psicologia Comunitária e as experiências de desenvolvimento da comunidade quilombola, neste contexto representada pelo grupo de mulheres de lideranças, as ações educativas não formais e informais, no intuito de identificar as contribuições advindas dessa experiência.

Portanto, já que se vem discutindo os processos psicossociais comunitários fortalecidos pelos processos educativos, necessário se faz trabalhar uma contextualização sobre o que a ser a educação formal, não formal e informal.

3.4 EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL

Em primeiro lugar, vale ressaltar que entender que a “educação” abarca um conceito amplo torna-se um desafio para qualquer pesquisador, quer seja da área ou não. Neste sentido Quintas e Muñoz (1986, p. 40), afirmam que “é necessário que todo educador possua uma ideia clara de educação”, porém, o conceito de educação é definido por múltiplas perspectivas, que dependem sobretudo da base psicológica de apoio e do tipo de aprendizagem, podendo ainda ser definido em sentido amplo e estrito.

Segundo Vianna (2006, p. 130), a “educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. O sentido amplo trata a educação ao longo da vida do ser humano, enquanto, o sentido estrito corresponde às ações educativas que ocorrem em sala de aula e nas relações entre o professor e aluno.

Por sua vez, Rego (2018), dentre as várias perspectivas da concepção de educação, destacam-se três fundamentais cuja classificação tem como critério a forma como se dá a aprendizagem, seja ela por recepção, por autoconstrução ou por construção.

Na teoria receptiva o professor fica incumbido de investigar e estruturar os conteúdos, ele é responsável por elaborar resumos que posteriormente fornecerá aos alunos. Dessa forma, o aluno recebe a informação pensada e estruturada antecipadamente pelo professor.

Na teoria por autoconstrução o aluno é quem investiga e estrutura a informação com a supervisão do professor, nesta teoria enfatiza-se apenas a interação do aluno com a matéria, sem interação com o professor.

Por fim, a teoria por construção guiada é aquela em que o aluno é quem investiga e estrutura a informação com mediação do professor, enfatiza-se tanto a interação entre o aluno e a matéria, como a interação social entre o aluno, o professor ou colegas. Tais concepções por sua vez se alicerçam respectivamente nas teorias psicológicas tecnicista (Skinner), humanista (Rogers) ou psico – construtivista (Piaget) e sócio – construtivista (Vygotsky).

São os fundamentos psicológicos da educação que constituem o ponto de partida em que se compreendem uma determinada teoria de ensino e conseqüentemente sua prática, tais fundamentos norteiam todo o processo de ensino, resultando na necessidade de “encaixar de forma justa e coerente teorias de aprendizagem e prática pedagógica” (QUINTAS; MUÑOZ, 1986, p. 42).

Os autores destacam ainda que:

[...] para que o ensino (...) seja uma técnica fundamentada, a prática docente necessita uma explicação científica (...) e esta explicação a oferece a Psicologia (...). A teoria de aprendizagem explica o processo que segue o sujeito que aprende. Descobrir este processo implica uma certa normatividade para o ensino (...). Pelo que ademais tem uma importância fundamental a explicação do processo já que na educação os processos são mais importantes que os resultados (QUINTAS; MUÑOZ, 1996, p. 43).

De maneira a contextualizar brevemente o leitor, na pesquisa ora proposta, utiliza-se a educação sendo entendida e classificada em três modalidades, sendo elas: a educação formal, a educação não formal e educação informal. Para Brandão (2002, p. 26), “a escola se mostra no momento em que a educação cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos e estabelece suas próprias regras e tempo, constituindo pessoas especializadas para executar tais ações.”

Nesta concepção é praticamente impossível não tecer comparações entre educação formal, não formal e informal. A educação formal é aquela desenvolvida nos espaços escolares com os conteúdos previamente estabelecidos. Por sua vez, a educação não formal é aquela que se aprende por meio dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas e a educação informal aquela onde os indivíduos aprendem durante seu

processo de socialização, no círculo de amizades, no ambiente familiar (GOHN, 2006).

Os termos formal, não formal e informal são de origem anglo-saxônica, surgidos a partir de 1960. Dentre as várias consequências ocasionadas pela segunda Guerra Mundial, a crise educacional nos países de primeiro mundo foi uma delas. Os sistemas escolares não conseguiam cumprir seu papel devido à grande demanda escolar e a escassez de recursos humanos para a realização das novas tarefas que surgiam com a transformação industrial. Dessa forma, de um lado, exigiu-se um planejamento educacional e de outro, a valorização e o reconhecimento de atividades e experiências relacionadas ao ambiente não escolar, tanto ligadas à formação profissional quanto à cultura geral (FÁVERO, 2007).

Dessa forma, surge também a necessidade de um estudo formal centralizado em escolas, tendo em vista a grande alteração na forma de produção, saindo do campo, de processos artesanais, para a cidade em decorrência da industrialização. Com esse novo formato de produção tornou-se necessário a aquisição de conhecimentos específicos e científicos, que não podiam ser adquiridos de forma natural, como costumeiramente ocorria no campo, sendo assim, tais conhecimentos deveriam ser ensinados de forma sistematizada.

A origem da escola, portanto, está ligada a necessidade de desenvolver e consolidar a ordem social capitalista. Era preciso formar o cidadão apto a viver na cidade, cumprindo seus direitos e deveres e atuando de forma eficiente no processo produtivo industrial (SILVEIRA, 1995, p. 24).

O desenvolvimento e aprendizado do ser humano acontece por meio de suas relações sociais. Brandão (2002), considera essas relações sociais um terreno fértil para o crescimento de novos saberes, ocorram elas dentro da família ou de uma grande comunidade. Essas formas de ensino permeiam a trajetória dos indivíduos em diferentes níveis e intensidade.

Conforme Brandão (2002), para compreender de que forma ocorre o ensino na sociedade, é preciso entender que a educação é um conceito amplo e que pode ser analisada sob três aspectos: a educação formal, a educação não formal e educação informal. Essas três modalidades de educação possuem características

diferenciadas, porém podem ser complementares e buscam, cada uma a sua maneira, possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social.

Segundo Fávero (2007), os termos, “formal”, “não formal” e “informal” surgiram por volta de 1960. Devido a inúmeros fatores decorrentes da segunda Guerra Mundial e do advento do capitalismo, desencadearam uma crise educacional nos países do primeiro mundo, dentre eles estão os sistemas escolares que não conseguiam atender à grande demanda escolar. Desta forma, por um lado, se fez necessário um planejamento educacional e, por outro lado, a valorização de atividades e experiências adquiridas fora dos bancos escolares, valorizando tanto à formação profissional quanto à cultura geral (FÁVERO, 2007).

Para Gohn (2006, p. 29) a “educação formal é metodicamente organizada, segue regras, leis e um currículo, sendo dividida em disciplinas, organizando-se por idade e nível de conhecimento”. Por sua vez, “a educação não formal trabalha com a subjetividade e contribui para sua construção identitária de um determinado grupo, enquanto que, a educação informal ocorre de forma permanente e não organizada.” (Op. Cit, 2006, p. 29) Essas três modalidades de educação possuem características diferenciadas, porém podem ser complementares e buscam, cada uma a sua maneira, possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social.

Porém, enquanto a educação formal ocorre de forma intencional e objetiva a aprendizagem e a certificação que ocorrerá de forma gradativa. A educação não formal e a informal projetam seus objetivos em processos interativos, nos quais a transmissão de informação e conhecimentos e a formação política e sociocultural são direcionadores na formação educativa. Conforme Gohn (2006, p. 30) “elas preparam os cidadãos, educam os seres humanos para a civilidade, em oposição ao egoísmo, individualismo etc.” Ambas, tratam-se do ensino não escolar, ou seja, aquelas aprendidas no cotidiano das relações.

3.4.1 Características e Objetivos dos Três Aspectos de Educação

A educação formal é organizada e acontece em espaço específico, sistematizado, ou seja, é regulada pelas normas da instituição de ensino. Desde a Constituição Federal de 1988 a educação formal é assegurada a população.

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 75).

Para Gohn (2006), é inevitável não tecer comparações entre educação formal e educação não formal. A autora faz uma distinção entre as três modalidades, demarcando seus campos de atuação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28)

Sendo assim, a educação formal é institucionalizada e tem um espaço próprio para acontecer, os conteúdos são previamente elaborados, enquanto a educação informal envolve os valores e cultura de cada povo e pode ocorrer em vários espaços. Já a educação não formal ocorre em espaços coletivos que promovem a troca de experiências entre os indivíduos ao longo da vida. “Na educação não formal, no processo de aprendizagem, os métodos utilizados têm como ponto de partida a cultura dos indivíduos ou de seus grupos” (GOHN, 2006, p. 31).

Ainda de acordo com Gohn (2006), a educação formal é organizada, de forma metódica e segue regras, leis e um currículo, sendo dividida em disciplinas, organizando-se por faixa etária e nível de conhecimento. A educação formal ocorre de forma intencional buscando principalmente a aprendizagem e a certificação que ocorre de forma gradativa e progressivamente.

Com relação ao ensino e aprendizagem dos conteúdos sistematizados, Gohn (2006) destaca que, a educação formal prepara o indivíduo para atuar ativamente em sociedade. Na educação informal o objetivo é socializar e desenvolver hábitos e atitudes nos indivíduos. Já a educação não formal busca promover conhecimento sobre o mundo e a realidade que envolve os indivíduos e suas relações sociais (GOHN, 2006).

A educação não formal quase sempre é confundida com a educação informal. Neste sentido, Gohn (2006) afirma que é preciso compreender a educação informal como aquela que se adquire nas relações sociais, no processo de socialização e cita como exemplo as relações familiares, círculo de amigos, clubes, igrejas e comunidades. No entanto, Brandão (2002), sugere que a educação dos indivíduos existe e acontece por toda parte e que a educação é muito mais do que o espaço escolar aparenta ser, ela é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes.

Os princípios da justiça social manifestam-se de várias maneiras e estão presentes nas três modalidades de ensino: formal, não formal e informal, e se apresentam a medida em que o indivíduo toma consciência de seu pertencimento como ser social, estimulando o exercício da cidadania. O processo de aprendizagem se dá desde o manuseio de um objeto e suas possíveis transformações para determinados fins até a descoberta de novos paradigmas.

Tudo que existe transformado da natureza pelo trabalho do homem e significado pela sua consciência é uma parte de sua cultura: o pote de barro, as palavras da tribo, a tecnologia da agricultura, da caça ou da pesca, o estilo dos gestos do corpo nos atos de amor, o sistema de crenças religiosas, as histórias da história que explica quem aquela gente é e de onde veio, as técnicas e suas situações de transmissão do saber. (BRANDÃO, 2002, p. 25)

Dessa forma, cada uma das três modalidades de educação: formal, não formal e informal, pretendem, cada uma do seu modo possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social. Porém, a educação formal opera de forma intencional, visando principalmente a aprendizagem que ocorre de forma gradativa e progressivamente e conseqüentemente a certificação.

Já a educação não formal, busca preparar os cidadãos e educá-los para a civilidade em oposição ao individualismo. Ela tem como meta, por meio de processos de interação social, a transmissão de informação e formação política e sociocultural dos indivíduos (GOHN, 2006).

A educação informal, conforme afirma Brandão (2002), acontece a partir das relações interpessoais, ela resulta da troca de saberes compartilhados a partir dos

hábitos, comportamentos e da cultura que o indivíduo pertence. A educação informal não é intencional e nem existe um fim previamente planejado.

Gohn (2006, p. 35) afirma, que os três aspectos de educação podem ser complementares, mesmo que cada uma proceda a sua maneira. Para a autora, a educação formal é minuciosamente pensada e organizada, é dividida em disciplinas, segue regras, leis, divide-se por faixa etária e nível de conhecimento. No caso da educação informal “é um processo permanente e não organizado”. Já a educação não formal opera a partir a subjetividade do grupo e contribui para sua construção identitária.

Para Gadotti (2005), toda educação é, de modo geral, educação formal, no sentido de ser intencional, porém as perspectivas podem ser diferentes: no espaço escolar a educação formal é manifestada pela sequência, regularidade intencionalidade e formalidade que os currículos são elaborados. Ainda, segundo o autor, a educação formal é representada especialmente pelas escolas e universidades, e tem seus objetivos bem definidos. Geralmente, depende de diretrizes educacionais centralizadas como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação – MEC.

Gadotti (2005), declara que não se poderia ou se deveria estabelecer fronteiras muito rígidas entre o formal e o não-formal. Tendo em vista que a escola e a sociedade são espaços de interação de diversos modelos culturais. Ele afirma também, que o currículo reconhece a intencionalidade necessária na relação intercultural nas práticas sociais e interpessoais. A escola é um espaço de interação com a natureza e o meio ambiente, é um cenário onde as relações interpessoais, sociais e humanas se efetivam. Gadotti,(2005) chama a atenção para os currículos elaborados para uma cultura única, que eram voltados para si mesmos e desprezavam o “não formal”, enquanto que os currículos interculturais de hoje reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação do futuro.

Ainda de acordo com Gadotti (2005), o currículo intercultural engloba todas as ações e relações da escola; engloba o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas,

instituintes da escola; inclui a formação permanente de todos os segmentos que compõem a escola, a conscientização, o conhecimento humano e a sensibilidade humana, considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo.

Segundo Gohn (2006), são esperados resultados de cada uma das modalidades de educação, conforme representado no Quadro 4.

Quadro 4 – Resultados Esperados

Modalidades de Educação	Resultados
Formal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem efetiva; • Certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados.
Não Formal	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência e organização de como agir em grupos coletivos; • A construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo; • A contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade.
Informal	<ul style="list-style-type: none"> • Não são esperados resultados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2021), baseado em Gohn (2006).

Diante do exposto no quadro 4 ainda convém citar como exemplo de educação informal a Pedagogia utilizada por Paulo Freire, onde, os educandos, nos “círculos de cultura”, discutiam sua realidade e faziam, além da leitura da palavra, a leitura de mundo (GOHN, 2006, pg. 34).

Gohn (2006, p. 36) ainda ressalta a importância da educação não formal, aquela “voltada para o ser humano como um todo”. Todavia, afirma que essa modalidade de educação não substitui a educação formal, elas podem complementar-se fazendo articulações com a comunidade educativa. Embora as modalidades de educação tenham objetivos semelhantes, a educação não formal tem objetivos próprios relacionados ao modo e ao espaço em que tais práticas são

realizadas. Neste sentido, apesar de ocorrerem em espaços distintos e terem objetivos específicos, observa-se as modalidades de educação se complementando.

Para Libâneo (2007), quando se fala das modalidades ou aspectos da educação, ainda é frequente o uso dos termos “educação formal”, “educação não formal” e “educação informal”; porém, ainda ocorre uma certa confusão entre os conceitos estudados.

De um lado, segundo Libâneo (2007, p. 90), se tem a “ensinagem e aprendizagem” assistemática, espontânea, como característica própria da educação informal. A educação informal não necessita de uma instituição formalizada para acontecer, ela não tem uma intencionalidade nem uma organização propriamente dita, isto é, consiste na introspecção do mundo. Essa modalidade de educação se processa nas experiências vivenciadas no cotidiano, sem uma intencionalidade explícita, resultando:

[...] do “clima” em que os indivíduos vivem, envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal. Tais fatores ou elementos informais da vida social afetam e influenciam a educação das pessoas de modo necessário e inevitável, porém não atuam deliberadamente, metodicamente, pois não há objetivos preestabelecidos conscientemente. Daí seu caráter não-intencional (LIBÂNEO, 2007, p. 90).

De outro lado, estão as modalidades de educação formal e não-formal, “organizadas e sistemáticas”. A “educação formal” quase sempre está aliada ao poder público estatal, implicando em regras, expedição de diplomas, sistemas de avaliação. Ela “depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação” (GADOTTI, 2005, p. 02).

Por outro lado, segundo Cury (1995), a “educação não-formal” representa o ponto de vista e a demanda educativa com a intenção de superar as deficiências e incapacidades do sistema formal de ensino.

[...] a educação não-formal é aquela que se pode definir educativamente em projetos de outras áreas [...] em confronto com a educação formal, ela possui uma elasticidade muito grande dado o seu distanciamento em relação às regras burocráticas da sociedade política. Nessa distinção, a educação não-formal inclui, sem dúvida, os meios de comunicação de massa, os projetos de saúde e higiene públicas, a publicidade oficial ou

não, os grupos da sociedade civil que se reúnem com finalidades comuns e específicas. (CURY, 1995, p. 105).

Para Polity (2002, p. 30), o termo “ensinagem” simboliza a base das relações interpessoais na medida em que presume-se que o conhecimento é construído por meio das relações com o outro, agregando valor à novas experiências; onde, no processo de ensino e aprendizagem o educador seria uma pessoa mais experiente que saberia relacionar os saberes com os fazeres na vida real e cotidiana, fomentaria dessa forma, de modo mais fácil e simples a reflexão e/ou assimilação. Desta forma, espera-se que o educador, de posse dos conhecimentos tradicionais ou científicos seja capaz de (re)construir esses conhecimentos com os outros.

Já “aprendizagem”, é aquela desenvolvida por meio das necessidades práticas de cada indivíduo, e por isso é entendida como aprendizagem não formal. E segundo Giusta (1985), o conceito de aprendizagem resulta das investigações empíricas da Psicologia, tais investigações basearam-se no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Em outras palavras o sujeito é comparado a uma folha de papel em branco, onde as impressões do mundo vão sendo escritas e associadas umas às outras, dando lugar ao conhecimento.

Partindo, então, dos conceitos já referenciados, é possível defender a questão de que os saberes tradicionais das lideranças femininas, pertencentes a Comunidade Remanescente Invernada Paiol de Telha, são processados na modalidade de educação não formal e informal.

3.5 CONCEITOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Para Gohn (2006), a educação não formal é um modo de ensinar que apesar de acontecer fora do ambiente escolar, segue um currículo, é sistematizada, suas práticas são historicamente construídas. A educação não formal é considerada por Gohn (2006, p. 2), uma prática para a vida, ela atribui essas práticas aos movimentos sociais que representam a finalidade dessa modalidade de educação na sociedade. “[...] educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida,

via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”.

Na concepção de Gadotti (2010, p. 3) a educação não formal está relacionada as ações coletivas e por isso visa à intelectualização política dos indivíduos. Ele afirma que essa modalidade de educação contribui para a validação da ideia de cidade educadora, espaço esse que possibilita a aprendizagem e a prática da educação não formal. Neste sentido o autor pondera que, “[...] trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito de cultura. Daí ela estar ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam esses adultos ou crianças”.

Para Gohn (2006), as características da educação não formal sustentam sua pluridimensionalidade, pois compreendem várias áreas que encontram sentido na cidadania:

a) Educação para justiça social; b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); c) Educação para liberdade; d) Educação para igualdade; e) Educação para democracia; f) Educação contra discriminação; g) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais.

Dessa forma, Torres (1997), também identifica essas áreas como de educação não formal, englobando também, a educação popular e a educação de adultos; enquanto, argumenta qual é o sentido político dessa educação, formal e informal, tal como a relação de poder implícita. Tais posicionamentos, políticos e ideológicos são irrefutáveis, como forma de conceituar toda e qualquer prática educativa tanto no âmbito escolar como não escolar. O autor identifica, ainda, que muitas práticas educativas na sociedade contribuem ainda mais para legalizar e persistir as desigualdades sociais, em vez de promover mudanças na sociedade.

Para Torres (1992), a educação não formal tem práticas educativas abundantes que nasceram dentro das comunidades constituindo-se como práticas da educação popular. E a finalidade da educação não formal é capacitar os indivíduos tornando-os cidadãos do mundo, possibilitar o conhecimento sobre o mundo que norteia esses indivíduos e suas relações sociais.

Nesse sentido, Gohn (2006) afirma que, a educação não formal pode ocorrer de diferentes maneiras, espaços e proporções, pois ela envolve os conhecimentos e

experiências adquiridos ao longo da vida e da construção da identidade coletiva, tendo em vista que “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos” (GOHN, 2006, p. 31).

Os objetivos da educação não formal são construídos por meio da interação dos indivíduos, resultando num processo educativo, onde o modo de ensinar, educar surgem como resultados do processo desenvolvido a partir dos interesses e necessidades dos grupos. “A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.” (GOHN, 2006, p. 30). Ainda, segundo a autora, os espaços educativos da educação não formal estão acompanhados das trajetórias de vida dos indivíduos, dos grupos que pertencem, em locais informais, espaços onde ocorrem interações intencionais.

A educação não formal não é organizada por idade, série e nem conteúdos; ela opera sobre aspectos próprios da sua comunidade; constroem a sua cultura política, fortalece os vínculos e contribui para a construção de uma identidade coletiva dos grupos, que segundo Gohn (2006), atualmente, este é um dos pontos de maior relevância da educação não formal; a autora ressalta ainda, que a construção da identidade coletiva favorece o empoderamento e autoestima do grupo ou comunidade.

Como resultados esperados, Gohn (2006), afirma que a educação não-formal é capaz de desenvolver alguns processos tais como: Construção de novas concepções de consciência e organização de grupos coletivos; sentimento de pertencimento; capacitação do indivíduo para a vida em comunidade e para a inserção no mercado de trabalho; sentimento de autovalorização e desejo de luta por reconhecimento como seres humanos iguais dentro de suas diferenças, sejam elas raciais, étnicas ou culturais; os indivíduos adquirem novos conhecimentos e aprendem a interpretar o mundo que os rodeia por meio de sua própria prática.

Gohn (2006), destaca ainda algumas características que a educação não formal pode obter por meio de metas estipuladas de ações coletivas da comunidade como por exemplo: socializar o aprendizado da diferenças e o respeito mútuo;

reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro dentro da comunidade; construção da identidade coletiva de um grupo. Porém, a autora alerta para as lacunas deixadas pela educação não formal: Falta formação específica para os educadores a partir da definição de seu papel e das atividades que necessitam ser realizadas; definição mais clara das funções e dos objetivos da educação não formal; sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano da comunidade; metodologias que possibilitem a o acompanhamento e avaliação do trabalho que vem sendo realizado e realizar um levantamento das formas de educação não formal na auto aprendizagem dos indivíduos e principalmente do público mais jovem.

No que diz respeito às metodologias utilizadas pela educação não-formal, Gohn (200), afirma que o processo de aprendizagem tem seu início na cultura e costumes dos indivíduos, grupos e comunidades. O método provém das complexidades da vida cotidiana; as questões surgem a partir dos temas que são compreendidos como necessidades ou carências. O método é responsável pela sistematização do modo de agir e pensar o mundo que envolvem os indivíduos.

A educação não-formal é menos burocrática, sua duração pode ser variável, e pode, ou não, conceder certificados de aprendizagem. Trata-se de um conceito amplo, e na maioria das vezes está associada ao conceito de cultura. Por isso a razão da educação não-formal estar fortemente vinculada à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e a participação em atividades em grupos ou comunidades. Segundo Gohn (2006), a educação não-formal é prática e objetiva à formação integral dos indivíduos. Porém, os processos e espaços da educação não-formal ocorrem de forma intencional, e as metas e os objetivos podem ser alterados. Sendo assim, as vezes as metodologias, precisam ser modificadas ou codificadas, tendo em vista que as transformações e o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são sinais que evidenciam a educação não-formal.

Na concepção de Gohn (2006, p. 32), é possível distinguir a educação não-formal de outras propostas educativas, apresentadas como educação social. Pois, no século XX, a maioria das propostas eram destinadas para os excluídos e objetivavam apenas inseri-los no mercado de trabalho. A autora também entende a

“educação não - formal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres”. momento algum a educação não-formal substitui a educação formal, mas, que ela pode contribuir e complementar articulando escola e comunidade educativa nos arredores da escola.

A formação de um cidadão completo, segundo Gohn (2006), é um dos objetivos tanto da educação não-formal quanto da educação formal. Porém, a educação não-formal tem a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que são específicos, devido ao modo e os espaços onde essas práticas são desenvolvidas, a exemplo da participação em uma luta social, contra as discriminações e a favor das diferenças culturais.

3.6 CONCEITOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INFORMAL

Conforme consta no dicionário Aurélio (2000, p. 251), educação significa “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. Trata-se de uma ação capaz de transformar as vivências humanas.

E somente por meio da educação é possível criar mecanismos para promovê-la, não existe hora e nem lugar definidos para acontecer, porém esse processo começa na família, depois na escola e seu aperfeiçoamento se dá nos contatos sociais (FREIRE, 2021; OLIVEIRA, 2021).

A educação necessita de estímulos advindos das vivências, experiências e participação dos sujeitos, e o conhecimento só ocorre quando uma pessoa é capaz de ressignificar aquilo que aprendeu.

Nesse sentido, Montevechi (2005) afirma que, a educação informal opera de forma espontânea, sua característica é repassar informações de forma não sistematizada, não tendo uma preocupação com a organização coerente. Neste caso a atuação educativa está mesclada a outros objetivos sociais, tais como: os sentimentos, os laços afetivos e o campo das emoções.

Para Gohn (2006), a educação informal é aquela em que os indivíduos aprendem durante o processo de socialização, sejam eles, na família, bairro, clube ou entre amigos, ela é carregada de sentimento de pertencimento, valores e culturas próprias. Ela acontece em ambientes onde as relações são construídas

espontaneamente e geralmente os espaços educativos são delimitados pela localidade, idade, sexo, etnia, etc. E os primeiros educadores na educação informal, são os pais, a família de um modo geral, em seguida os amigos, os vizinhos, etc.

A autora salienta que a educação informal atua no campo das emoções, os conhecimentos são repassados a partir práticas experienciadas anteriormente, “é o passado orientando o presente”. Ela tem a finalidade de desenvolver hábitos, modos de pensar e de se expressar, de acordo com os valores e crenças de grupos ou comunidades a que pertencem desde o nascimento. (GOHN,2006, p. 32).

Segundo Cascais e Terán (2014), a educação informal ocorre de forma contínua e não formalizada, ela possibilita a cada indivíduo a aquisição natural dos saberes e habilidades, das experiências do cotidiano e do meio em que vive. O fato dessa modalidade de educação ser ocasional, não oferece certificação.

Neste sentido, Gohn (2006), assegura que não se espera nenhum resultado da educação informal, tendo em vista que eles acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, critério este que conduz a forma de agir e pensar naturalmente. O método utilizado nessa modalidade educativa é a reprodução das experiências de acordo com as formas que foram aprendidas.

Dessa forma, pretende-se demonstrar que a rotina das populações pertencentes à Comunidade em questão se materializa na educação informal e exerce papel fundamental na construção e reconstrução dos diversos processos de ensinagens e aprendizagens de seus saberes-fazer.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS RUMO À COMUNIDADE QUILOMBOLA

A pesquisa proposta na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha apresenta um cunho essencialmente qualitativo, tendo a história oral temática como principal fonte de coleta de dados e análise a luz da Psicologia Social Comunitária, isso porque a prioridade foi aproximar-se e ouvir as lideranças femininas. A investigação retrata as histórias orais como forma de evidenciar o protagonismo dentro das próprias comunidades quilombolas na tentativa de evidenciar o fortalecimento destas mulheres perante a sociedade.

Considera-se que essa aproximação com os sujeitos da pesquisa proporciona um maior contato com suas histórias e suas memórias. Tendo em vista que, a abordagem de pesquisa qualitativa “propõe uma proximidade de forma que o pesquisador possa compreender as subjetividades do contexto e, a partir disso, estabelecer uma relação de reciprocidade mútua com os pesquisados” (ACADEMY OF MANAGEMENT JOURNAL, 2011, p. 235)

Desse modo, a perspectiva de pesquisa adotada centra-se nas lideranças femininas negras da comunidade de acordo com as técnicas participativas-investigativas utilizadas pela Psicologia Social Latino-Americana – doravante apenas PSCLA. Segundo afirmativa de Roratto (2010, p. 176), a pesquisa qualitativa nas ciências sociais representa “as diferentes comunidades com voz na sociedade e, ao indicar as relações destas comunidades com as sociedades em que estão inseridas, constrói um conhecimento situado de acordo com as realidades que lhes são próprias”.

Complementar ao autor citado as técnicas investigativas-participativas propostas pela PSCLA sedimentam-se em práticas de pesquisa em comunidades que vai de encontro a forma coletiva de vida no que concerne ao contexto da realidade social, da identidade, da cultura e de estratégias psicossociais deliberadas, nos locais da organização social. Para Robertazzi (2011) a psicologia social considera a história e a vida cotidiana, bem como os acontecimentos momentâneos, a subjetividade e a preocupação com os problemas que afetam aquela sociedade.

Em outras palavras, investigar a estratégias psicossociais é uma forma verificar como as lideranças femininas quilombolas utilizam suas práticas educativas não-formais e informais de resistência em sua comunidade e na sociedade. Tais práticas psicossociais investigativas que correspondem aos trabalhos nas comunidades, no intuito de amenizar o sofrimento das pessoas inseridas em um contexto de opressão, repressão e exclusão. São essas estratégias que possibilitam a participação e a conscientização desses grupos, para gerir os problemas sociais que determinam as transformações da realidade de vida, ou seja, é por meio das ações de conscientização nas comunidades que as mudanças ocorrem. (MARTIN-BARÓ, 1998; MONTERO, 2003; DE FREITAS, 2018).

Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas investigativas que foram divididas: a) bibliográfica; b) pesquisa de campo; e c) análise de resultados sendo realizadas de maneira simultânea.

Desta forma, a primeira etapa realizou-se a pesquisa bibliográfica que pautou-se em autores que tratam especificamente desta temática. A busca para o estudo bibliográfico se deu por meio de livros e periódicos publicados em plataforma como SciElo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os referenciais foram selecionados utilizando os descritores quilombolas e, posteriormente, afunilados para mulheres e lideranças. no sentido de compreender melhor o sujeito de pesquisa.

Por sua vez, a segunda etapa realizou-se a pesquisa de campo que centrou sua perspectiva na dialogicidade com as lideranças femininas da comunidade complementada pelas observações em campo. Visou-se então, realizar entrevistas de história oral temática (Apêndice 1), por meio de um roteiro estruturado, realizado com dez mulheres selecionadas por ocuparem cargos de liderança na comunidade. No período de maio a julho de 2022, centradas na história oral temática em concomitância como diário de campo subsidiado pelas observações *in loco*.

Para tanto, os eixos das entrevistas foram configurados a partir das histórias orais/narrativas sobre processos educativos (não formal e informal) protagonizados por lideranças femininas negras, de modo a pensar a comunidades quilombolas como sendo um *locus* de produção de saberes e modos de vida.

Segundo Duarte (2002), entrevistas de história oral, sobretudo as semiestruturadas que colaboram para o estudo investigativo, já que buscam informações seguras e de qualidade. O número de entrevistados depende da qualidade das informações coletadas. E já nas primeiras entrevistas semiestruturadas é possível identificar, corrigir e minimizar erros por meio de gravações realizadas pelo entrevistador.

Portanto, outro aspecto que merece ser explicitado refere-se que por questões metodológicas, houve uma preocupação em se realizar o maior número de entrevistas em locais previamente ajustados no menor espaço de tempo possível por se considerar que o contato com a totalidade das lideranças femininas entrevistadas permitiu aprofundar e aperfeiçoar a construção e a discussão dos dados.

A duração média das entrevistas ocorreu em torno de 1 (uma) hora e as falas foram gravadas e transcritas com o consentimento prévio das entrevistadas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 2). Anotações a respeito das interações, reações, dificuldades e eventuais manifestações das entrevistadas foram registradas na lateral das transcrições, localizando os momentos e possíveis razões das suas expressões. O interesse foi centrado no registro de cada depoimento sem perda de detalhes e conhecer as respostas a fim de registrar as observações realizadas em campo, triangulando as informações.

Parte-se do pressuposto que as comunidades quilombolas são espaços de resistência e preservação cultural. Assim sendo, este estudo contempla essas resistências, e as práticas educativas não formais e informais das mulheres-lideranças negras quilombolas que permitirá dar visibilidade a um processo dinâmico de estruturação social de comunidades quilombolas, na grande maioria camponesa, no qual houve um deslocamento do papel da mulher nessas lutas por reconhecimento: do ambiente e das responsabilidades eminentemente domésticas aos espaços de liderança.

Por fim, na terceira etapa do processo de pesquisa foram trabalhados os resultados da pesquisa que permitiu dar visibilidade à trajetória de mulheres-líderes negras numa realidade na qual sempre predominou o exclusivismo político, econômico e social masculino no qual a produção histórica acerca de

personalidades femininas era voltada somente às mulheres branca das elites. (RIBEIRO, 2017)

Nesta etapa, após a transcrição das falas, passou-se à leitura cuidadosa e atenta dos registros escritos. O passo seguinte foi agrupar as respostas conforme os temas e assuntos que emergiram do conjunto de dados dos eixos norteadores. A partir desta organização, realizou-se uma análise descritiva com utilização dos fragmentos narrativos e complemento com registros em diário de campo e bibliográficos.

Complementar a isso, a questão prática deste estudo centra-se em perceber, por meio de seus processos educativos (não-formais e informais), a realidade da comunidade quilombola e na tentativa de dar continuidade às suas culturas e modo de vida. E conseqüentemente, contribui no conhecimento de uma realidade distinta da tradicional, porque é uma organização social, na qual os grupos sociais que procuram interagir entre si, utilizando meios de subsistência, acabam por motivar líderes capazes de conduzir a comunidade de forma que beneficia a todos os integrantes desse grupo.

Embora, as comunidades quilombolas tenham sofrido e, por vezes, ainda sofram a falta de reconhecimento em termos de organização social, elas estão inseridas em comunidades alternativas que contemplam a coletividade e tentam resgatar as suas tradições e a permanência de seus valores, cultura e direitos.

Para Montero (2003), a adoção metodológica da PSCLA representa os anseios dos movimentos sociais marginalizados que hoje resultam em pesquisas sobre estas comunidades, pela sua forma de vida, sua identidade e sua história. Dessa forma, impossível fechar os olhos para as comunidades quilombolas, pois elas representam um campo social, no qual há a possibilidade da resolução de problemas sociais que possam garantir a dignidade humana para estes povos.

Sendo assim, o quadro a seguir apresenta os procedimentos da pesquisa para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa:

Quadro 5 – Procedimentos de Pesquisa e Finalidades

Procedimentos de Pesquisa	Finalidades
Abordagem Qualitativa	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa social; • Interpretação da realidade social; • Aspecto histórico, comportamento dos grupos sociais; • Subjetividade; • Construção social.
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas de História Oral Temática (roteiro semi estruturado) • Gravações; • Observações <i>in loco</i>; • Diário de campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatos de experiências das lideranças femininas relacionados ao seu contexto histórico e sócia e processos educativos (não-formais e informais); • Percepção da realidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Transcrição das Entrevistas; • Leitura atenta dos registros transcritos; • Agrupamentos de respostas de acordo com os eixos temáticos; • Análise descritiva com a inserção de fragmentos discursivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização dos relatos para realização das análises a partir da realidade das lideranças femininas da Comunidade. • Estratégias psicossociais referente aos processos educativos – não-formal e informal; • Discussão crítica a partir da perspectiva adotada.

Fonte: Adaptado de Menon (2019).

A pesquisa foi realizada com dez mulheres que ocupam ou já ocuparam cargos de lideranças dentro da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha (Fundão) – Reserva do Iguaçu/PR e Assentamento Paiol de Telha (Colônia Socorro) – Distrito de Entre Rios/PR.

A escolha das participantes está relacionada com as lideranças da organização social, responsáveis pelas estratégias utilizadas para o repasse dos conhecimentos, memórias e pela condução da comunidade. É imprescindível compreender os critérios adotados por estas lideranças para se manterem firmes no

seu modo de vida e luta pela terra, entender a percepção de cada representante da comunidade.

As participantes desta pesquisa estão inseridas em um processo histórico que abrange as raízes e toda a memória da comunidade, o modo de viver, os anseios, as violências vividas por longos períodos. Por este motivo, a escolha das lideranças femininas é o critério de interesse deste estudo, porque o entendimento a respeito da cultura desta organização social traz uma reflexão em relação à sociedade contemporânea.

Estas lideranças buscam interagir no sentido de melhorar as condições de vida dentro da comunidade. A definição das participantes considerou a forma de liderança, pela atribuição ativa na comunidade. As líderes que fazem parte do estudo são aquelas que conduzem seus familiares e trazem informações de encontros e reuniões, das dificuldades que encontram, dos resultados alcançados, além de contribuir com os relatos sobre as principais necessidades da comunidade.

As abordagens foram realizadas na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha (Fundão) e no Assentamento (Colônia Socorro). Buscou-se por lideranças, inseridas nas comunidades, que lutam pelos direitos da terra, e são responsáveis pelas transformações nesse espaço, em termos de reconhecimento e de permanência das culturas e das formas de vida da comunidade quilombola.

Os instrumentos de coleta de dados foram: observação direta; entrevistas semiestruturadas, aplicadas às lideranças femininas e descrição de campo. As entrevistas foram efetuadas de acordo com a elaboração de questões, mas no decorrer da aplicação do instrumento foram acrescentadas outras indagações, pertinentes ao meio de estudo.

As aplicações das entrevistas atenderam ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, essencial para que os participantes se sentissem à vontade em responder ou não às questões. Cada instrumento aplicado foi pautado no consentimento da comunidade quilombola e de representação, para que os dados levantados fossem inseridos nos propósitos das partes ativas do estudo. Além do TCLE que consta no apêndice 1, foram utilizados os roteiros de entrevistas com as lideranças femininas que é relatado no apêndice 3.

Para a aplicação das entrevistas semiestruturadas, Colognese e Melo (1998), salientam que é necessário que o entrevistador siga um roteiro pré-elaborado. Outras questões poderão ser acrescentadas, dependendo da necessidade do contexto em relação à temática. Pois essa forma de entrevista possibilita ao entrevistador uma participação mais dinâmica a aplicação da entrevista.

Em relação aos relatos das lideranças na comunidade, o diário de campo contribuiu para que nenhuma informação fosse esquecida ou deixada de lado durante os diálogos e as interações.

As observações foram realizadas no segundo semestre de 2021, nos meses de outubro e novembro. Nestes encontros foram retratadas as experiências e as situações em que se encontra a comunidade, as solicitações das lideranças por melhor qualidade de vida em grupo. A partir das observações, relatou-se o diário de campo para compor as coletas em conjunto com as entrevistas. Para Flick (2009), é importante que o investigador esteja atento aos acontecimentos a sua volta, considerando que a observação é uma técnica que envolve a fala, as expressões, imagens e comportamentos.

Para registrar algumas das observações, utilizou-se anotações em um diário de campo. Apoiando-se na perspectiva de Geertz (1989), sobre a descrição densa, onde o diário de campo e as anotações favorecem na distinção das expressões, dos saberes e das regras de um grupo social, observando de forma mais detalhada o modo de agir e os significados culturais. Além de ser um meio de registro dos sentimentos e impressões do pesquisador durante sua interação com o campo, e das percepções durante as entrevistas.

Segundo Weber (2009), o diário de campo tem por finalidade expor todos os procedimentos observados em determinado local, bem como as pessoas envolvidas. Trata-se de um relatório detalhado dos acontecimentos ocorridos em determinada data, local e das principais abordagens necessárias para utilização nas análises, como mais um elemento relevante para a composição da análise dos dados.

Com o intuito de relatar a realidade das lideranças femininas na comunidade quilombola, optou-se por realizar a análise pela história oral por meio de entrevistas com as lideranças. A partir dos discursos gravados, que foram transcritos e

elaboradas as análises, avaliando o seu modo de vida, as suas estratégias de resistência e suas memórias históricas e culturais.

Dada a importância da atuação das mulheres na luta pela terra, desde a expropriação até os dias de hoje, compreendeu-se que para essa investigação seria possível utilizar a História Oral Temática como caminho metodológico.

Diante deste propósito, foram elaboradas algumas questões norteadoras, que possibilitaram compreender melhor as práticas desenvolvidas pelas lideranças femininas.

Para responder a essas questões utilizou-se nesta pesquisa a História Oral Temática que é uma das modalidades da história oral. Conforme classificação de Meihy (2005), a história oral apresenta três modalidades: História oral de vida, Tradição oral e História oral temática. A História oral de vida constitui-se da narrativa do conjunto de experiências de uma pessoa; a Tradição Oral trabalha com a permanência dos mitos e com a visão de mundo das comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais, asseguradas em referências ao passado distante e a História Oral Temática tem o compromisso de esclarecer a opinião do narrador sobre determinado acontecimento e possibilita compreender o passado por meio de coleta, organização e interpretação dos fatos. (MEIHY, 2005).

Para iniciar o contexto das oralidades das lideranças femininas quilombolas, tendo como foco o modo de ser e viver em comunidade, são trazidas as falas de algumas mulheres líderes que trazem à tona a memória histórica da vida dos quilombolas desde o momento que tiveram seus direitos violados. Nos relatos, as entrevistadas expressam a percepção e a interpretação de vida, a organização social e as práticas sociais e o modo de ser e viver em comunidade. Além disto, trazem as suas principais aspirações e a esperança de que as memórias e as tradições quilombolas permaneçam vivas e que sejam repassadas para as novas gerações.

4.1. PRIMEIRO CONTATO COM O CAMPO

Para tanto, antes de continuar com a escrita descritiva da história da comunidade e das lideranças femininas negras, relato como realizou-se o primeiro contato com o campo de pesquisa. Se deu primeiramente por meio de uma conversa

com uma pesquisadora que já havia realizado uma pesquisa na comunidade, a qual disponibilizou o contato de algumas lideranças.

Logo após a qualificação do projeto de pesquisa em 26 de abril de 2022, buscou-se os contatos das lideranças, disponibilizados por uma dessas lideranças que nem vive mais na comunidade e que passou o número do celular de outras lideranças, que possibilitou o contato por WhatsApp, inicialmente algumas se negaram a participar, alegando que várias pessoas as procuram para pesquisas, escrevem livros com suas histórias, mas não compartilham os resultados com as entrevistadas. Porém, algumas se prontificaram em responder algumas perguntas, depois de várias e longas conversas pelo WhatsApp.

Apesar dessa resistência inicial, foi possível entrevistar dez mulheres que ocupam ou já ocuparam lugar de liderança na comunidade. Em seguida realizou-se um encontro na casa de duas mulheres quilombolas (mãe e filha) em Guarapuava/PR. No início elas ficaram um pouco receosas, mas logo ao saberem de que se tratava a pesquisa, sentiram-se à vontade para contar a história de luta pela terra e a trajetória dessas mulheres até aqui. Nessa primeira entrevista a conversa estava muito formal e percebeu-se que as entrevistadas (mãe e filha), precisavam de um tempo maior para responder as perguntas. Dessa forma, a conversa ficou mais descontraída, trazendo à tona todas as emoções e memórias vividas por elas.

Todas as entrevistas foram realizadas nas casas das entrevistadas, para que pudessem se sentir mais à vontade e confiantes para compartilhar suas experiências. Por vários momentos os relatos comoviam a pesquisadora e as entrevistadas também, as emoções se afluavam quando iam lembrando das dificuldades no período em que viveram no barranco, dos medos e das injustiças sofridas.

No intuito de preservar a identidade das lideranças femininas entrevistadas, optou-se por utilizar pseudônimos como referência de suas identidades. A escolha dos pseudônimos se deu como forma de homenagear as poucas mulheres negras reconhecidas nas várias áreas da sociedade brasileira, tais como: Maria Firmina dos Reis (primeira romancista negra), Antonieta de Barros (professora), Dandara (esposa de Zumbi dos Palmares), Carolina Maria de Jesus (escrevia sobre o seu dia

a dia em um diário e seus relatos deram origem ao livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada), Tereza de Benguela (líder do Quilombo Quariterê), Tia Ciata, (conhecida por ceder o quintal para a reunião de diversos artistas que deram origem ao samba), Beatriz Nascimento (historiadora, ativista antirracista, professora e poeta), Djamila Ribeiro (filósofa e escritora), Mercedes Baptista (primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro) e Leci Brandão da Silva (cantora de compositora).

Para uma melhor compreensão das especificidades dos sujeitos de pesquisa, identificou-se o perfil das entrevistadas.

QUADRO 6 - Perfil das lideranças entrevistadas

PSEUDÔNIMO	IDADE	SEXO	MOROU NO BARRANCO	MORA ATUALMENTE	DATA DA ENTREVISTA
Djamila Ribeiro	50	F	Não	Guarapuava e Fundão	16/07/22
Tia Ciata	76	F	Sim	Guarapuava e Fundão	16/07/22
Mercedes Baptista	34	F	Não	Fundão	19/07/22
Leci Brandão	35	F	Sim	Fundão	19/07/22
Maria Firmina dos Reis	80	F	Sim	Fundão	19/07/22
Carolina Maria de Jesus	34	F	Não	Assentamento	19/07/22
Dandara	59	F	Sim	Assentamento	19/07/22
Antonieta de Barros	63	F	Sim	Assentamento	19/07/22
Beatriz Nascimento	35	F	Não	Guarapuava	22/07/22
Tereza de Benguela	35	F	Não	Guarapuava	29/07/22

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Pesquisa de Campo (2022).

Dentre as objetividades, o perfil é um deles. Conforme apresentado no quadro 6 a faixa etária das entrevistadas, trata-se de cinco mulheres jovens com idade entre 30 a 35, duas mulheres com idade entre 36 a 59 anos e três são idosas, com idade acima de 60 anos. Com relação ao estado civil, uma é solteira, sete são casadas e duas são viúvas.

Todas têm filhos, exceto a solteira. Referente à escolaridade, duas são analfabetas, quatro concluíram o ensino fundamental, duas tem ensino médio

completo e duas estão cursando ensino superior. Todas elas, embora tenham tido contato com outras comunidades tradicionais, viveram somente na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Destas lideranças, 5 (cinco) moravam no Fundão - Maria Firmina dos Reis, Tia Ciata, Djamila Ribeiro, Carolina Maria de Jesus e Dandara. As outras 5 (cinco) entrevistadas, como forma de subsistência, já moravam em cidades e fazendas vizinhas.

Por sua vez, vivendo no “Barranco” para a retomada das “terras” apenas 3 (três) entrevistadas (Maria Firmina, dos Reis, Tia Ciata e Dandara) fizeram parte do processo, sendo que, as outras 7 (sete) entrevistadas residiam em Guarapuava. Contudo, mesmo não vivendo no “Barranco”, estas entrevistadas destacaram que fizeram parte das constantes reuniões e lutas, auxiliando no fornecimento de suprimentos para os herdeiros que estavam no Barranco (NOTAS DE CAMPO, 2022).

Atualmente, apenas Mercedes Baptista, Leci Brandão e Maria Firmina moram no Fundão. As entrevistadas Tia Ciata e Djamila têm casa própria em Guarapuava, ainda não moram no Fundão, mas estão construindo em seu lote. No assentamento moram Dandara, Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus, e em Guarapuava vivem Beatriz Nascimento e Tereza de Benguela. Apesar dessas lideranças viverem em espaços distintos, elas conseguem manter os laços de forma muito sólida com a comunidade (NOTAS DE CAMPO, 2022).

As entrevistadas expuseram suas angústias, seus anseios e as dificuldades encontradas para conduzir a comunidade. Porém, afirmaram que pretendem continuar nas lideranças pelo desejo de dar continuidade aos costumes e manter viva a cultura quilombola.

Observou-se que ao serem entrevistadas, essas mulheres queriam expressar o que estavam sentindo, e depositavam nessa pesquisa a esperança de que alguém queria ouvi-las e quem sabe ajudá-las de alguma maneira. Uma das mulheres disse: *“essa pesquisa não pode ficar só no papel, é preciso que a sociedade saiba que nós existimos.”* Neste momento, constatou-se a responsabilidade e a dimensão da minha pesquisa.

5. COMUNIDADE REMANESCENTE PAIOL DE TELHA/PR

5.1 O ESPAÇO HISTÓRICO DA COMUNIDADE

A Comunidade Invernada Paiol de Telha, está localizada na Colônia Socorro Distrito de Entre Rios a 19 quilômetros da cidade de Guarapuava-PR. O distrito de Entre Rios é formado por cinco colônias: Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro. A comunidade quilombola em estudo está localizada na Colônia Socorro e insere sua luta pela preservação da memória e história da população negra no Brasil.

O quilombo Paiol de Telha é marcado por uma história de luta e resistência e, para compreender seu o processo de constituição, é necessário percorrer a trajetória histórica de sua origem. Segundo Martins (1999), as terras que formam o território tradicional faziam parte da fazenda Capão Grande de propriedade de uma escravocrata chamada Balbina Francisca de Siqueira. que, por volta dos anos de 1866, fez a doação dessas terras como pagamento pelos serviços prestados e deixou registrado em testamento a onze trabalhadores e trabalhadoras escravizados. O testamento, que seguia os moldes cartorários da época não deixa claro quanto à exatidão das dimensões geográficas da área doada, apenas relata a sua localização de acordo com os padrões da época. Martins (1999, p. 409) destacou que:

[...] declaro, que a Invernada denominada do Paiol de Telha, passiva na Fazenda do Capão Grande, e que principia deste Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura existentes, ficarão pertencendo por meu falecimento a todos os escravos de cima mencionados e as suas famílias para morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos (MARTINS, 1999, p. 409).

A população negra se apropriou dessas terras em 1868, no ano que Balbina faleceu. A partir de então, o território onde está localizada a comunidade quilombola Paiol de telha foi alvo de várias contestações e apropriações indevidas pelos familiares e herdeiros consanguíneos de dona Balbina, por colonos, grileiros e, também, pela desapropriação de terras efetuada pelo Governo do Estado do Paraná na década de 1950, quando deu início ao processo de imigração suábica na região de Guarapuava (CALÁBRIA, 2013).

De acordo com Veronezzi e da Silva (2013), até meados da década de 1970, a vida na Invernada Paiol de Telha seguia uma rotina de vida apesar de viverem num ambiente cercado de constantes conflitos. A partir de então as famílias foram expulsas do território. Sob ameaças elas foram obrigadas, a abandonar suas casas, plantações, criações e os poucos pertences que adquiriram com muito sacrifício e se “debandaram” por diversas regiões do Paraná e em outros estados do Brasil.

Porém, foi somente em 1981, que a situação dos herdeiros do Paiol de Telhas se tornou conhecida nacionalmente. Conforme afirma Jocoski (2011), após longa e criteriosa análise da documentação apresentada pelos representantes da comunidade Paiol de Telha, o Instituto de Terras de Cartografia (ITC) manifestou-se pela necessidade de aprofundamento sobre o direito de posse da área de terras em questão.

A situação dos ex-escravos, ficou ainda mais difícil no ano de 1991, quando a cooperativa que representa os proprietários imigrantes da região ganhou a ação de usucapião sobre as terras da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, passando a posse dessas terras para seus cooperados. (CALÁBRIA, 2013).

Segundo Jocoski (2011), somente no ano de 1995 foi criada a Associação Pró-Reintegração da Invernada Paiol de Telha, motivados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A finalidade principal da associação era organizar legalmente as ações comunitárias do grupo. De acordo com Veronezzi e Silva (2013), no ano de 1997, foi realizado um reencontro dos herdeiros de dona Balbina, promovido por essa mesma associação com o apoio da APP Sindicato. Alguns dos herdeiros estavam assentados em um barranco atualmente denominado Núcleo Barranco, localizado às margens de uma rodovia, a fim de reivindicar o direito de retornar a sua terra de origem.

Ainda segundo, Veronezzi e Silva (2013), foi criado pelo INCRA, junto ao poder público e a Cooperativa da região, o Assentamento Paiol de Telhas, localizado na Colônia Socorro, Distrito de Entre Rios, Guarapuava-Paraná, com o intuito de solucionar ou ao menos amenizar o problema das terras por um determinado tempo. Porém, muitos anos se passaram, e o que era “provisório” tornou-se permanente.

Atualmente a comunidade composta por aproximadamente duzentas famílias e encontra-se dividida em quatro núcleos distintos: um grupo de famílias

está acampado no “barranco” da estrada que liga o município de Reserva do Iguaçu ao município de Pinhão (Núcleo Barranco), próximo ao território assentado; outro grupo está no município de Guarapuava (Núcleo Guarapuava); outro no município de Pinhão (Núcleo Pinhão); e o último grupo está no Assentamento Paiol de Telhas na Colônia Socorro, Distrito de Entre Rios, Guarapuava (Núcleo Assentamento). (FUNARTES, 2013).

A comunidade foi reconhecida como quilombo em 2005, pela Fundação Cultural Palmares denominada Comunidade Quilombola Paiol de Telha, cuja sede se encontra no Núcleo de Assentamento e considerada o primeiro quilombo no estado do Paraná. FUNARTES (2013). Nesse mesmo ano, foi aberto processo administrativo no INCRA para regularizar o Território Quilombola Invernada Paiol de Telhas, sendo esta comunidade, no Estado do Paraná, a primeira a ter tal procedimento iniciado, tomando por base o Decreto 4.887/2003.

O quilombo Paiol de telha se apresenta como um espaço de memórias e como define Nora (1993), consiste na necessidade de registrar a memória. Ainda segundo o autor tal necessidade seria uma reação em relação aos processos de aceleração da história, e ao definir os lugares da memória, a comunidade demonstra definir também sua identidade. Sem esquecer que os moradores dessa comunidade são herdeiros não somente da terra que seus antepassados pisaram, mas também de um capital cultural simbólico que remonta a práticas antigas, relacionadas à tradição.

Dessa forma então, entende-se que a Comunidade Paiol de Telha, ao ser reconhecida pelo seu povo e pelo governo como quilombo, se organiza como um espaço de memória, o que nos leva a compreender que esses lugares são repletos de memórias históricas que permitem que a população local construa e (re)signifique a sua identidade.

Para Faria e Meneghetti (2011), o objetivo das lideranças em qualquer grupo é manter a ordem e estabelecer regras necessárias para conduzir os indivíduos de forma mais organizada. Em qualquer sociedade estabelecida, sempre se fez necessário a figura do líder na condução da população. Dessa forma, a existência de um líder é fundamental e inevitável em qualquer tipo de organização, seja ela tradicional ou social.

Apesar de o termo liderança assumir conceitos distintos, a sua significação está na percepção individual. Ela exerce influência com intencionalidade, relacionada a um grupo entre duas ou mais pessoas. A liderança está voltada para interesses sociais, utilizando-se de alguns procedimentos como regras, normas, leis, entre outros (FARIA; MENEGHETTI, 2011).

O sucesso das organizações, segundo Chemers (1997), depende do modo que as lideranças atuam. Lembrando que dentro de um grupo ou comunidade, as pessoas necessitam da ajuda um do outro para desempenhar as mais diversas atividades, e para que se alcance o objetivo comum, esses grupos devem ser conduzidos por um líder para que os objetivos sejam alcançados, da mesma forma as organizações são essenciais para a sociedade, mas precisam de líderes para a sua coordenação.

Para que os líderes consigam influenciar o seu grupo e obtenham o resultado que almejam, eles devem ser exemplo de conduta e responsabilidade, buscando formas de atrair inspirações para que as pessoas o considerem como representante efetivo e merecedor da confiança a ele delegada pelo grupo (CHEMERS, 1997).

Segundo Bergamini (1994), a liderança está envolvida nas interações sociais, onde o líder também é visto como membro do grupo, mas que renuncia de uma autoridade em termos de decisões e da condução do grupo.

Neste sentido, cabe ressaltar o protagonismo das mulheres no papel de líder em diversas situações e contextos. É notório o papel que as mulheres ocupam na sociedade contemporânea, assim como os lugares por ela conquistados. No entanto, é perceptível que por diversas vezes, as mulheres ainda são invisibilizadas em certos espaços. Focalizando o papel da mulher atualmente, a conquista por espaços antes ocupados apenas pelos homens é uma conquista irreversível, conquista em que as mulheres têm se envolvido a fim de evitar a sua exclusão em processos sociais, econômicos, políticos e culturais, sobretudo para se emanciparem de estereótipos femininos mantidos pelo patriarcalismo (SAFFIOTI, 2015).

Devido as opressões históricas, o cotidiano desenha-se como desafiador para as mulheres, no sentido em que ainda há violência (simbólica ou não) no

cotidiano feminino, além disso, as desigualdades mantidas tempos a fio ainda são ultrajantes em termos de gêneros, onde há diferença salarial, de acesso ao mercado de trabalho, sobrecarga doméstica nas atividades de cuidado da casa e criação dos filhos, dentre inúmeras outras disparidades (na indústria cultural, na produção acadêmica, entre outras) que ainda permeiam o cotidiano da mulher. No caso dos quilombos, o olhar para as lideranças femininas nesses espaços, pode ajudar a repensar sobre os papéis sociais de gêneros na atualidade e produzir outros sentidos para o que é ser mulher na contemporaneidade.

Lamentavelmente, a submissão da mulher, segundo Borges e Silva (2017), há muito tempo constitui-se na primeira forma de opressão na história da humanidade. Porém, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca da própria opressão, bem como da necessidade de lutar pelo empoderamento e visibilidade das mulheres, são fenômenos relativamente recentes.

Cabe ressaltar que a luta dessas mulheres, não é uma luta contra os homens, mas contra o sistema de dominação construído pelas sociedades ao longo da história. E as mulheres negras também fizeram parte do processo de luta que culminou com a abolição da escravidão, porém foram invisibilizadas nas narrativas sobre a sociedade brasileira e na historiografia oficial (BORGES e SILVA, 2017).

Essas mulheres desafiaram as estruturas machistas em diferentes períodos históricos, pois elas almejavam uma sociedade livre de opressão e racismo, estimulando uma série de rebeliões populares no Brasil. (PORTO, 2017).

Ainda de acordo com Porto (2017) a força e a coragem representada por essas mulheres do passado, símbolos históricos da resistência da mulher negra, residem nas mulheres do presente e nunca deixaram de lutar para transformar a realidade a qual as mulheres negras são submetidas.

Falar do papel da mulher quilombola na sociedade, não se restringe apenas ao reconhecimento da luta das mulheres negras em geral, mas sim do empoderamento destas mulheres que decorre as referências históricas, na medida em que constituem uma trajetória de luta contra a invisibilidade, opressão e desigualdade.

5.2. AS VOZES DAS MULHERES E SEUS DESAFIOS

O estudo proposto teve como sujeitos de pesquisa as lideranças femininas que, compreendidas a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino Americana exercem funções distintas nos espaços da Comunidade Quilombola Paiol de Telha. Dessa forma, entende-se que as práticas sociais em comunidade são características da psicologia social comunitária, pois segundo Freitas (2001), ela é responsável por transformar a realidade das pessoas e promover melhores condições de vida para as comunidades.

Dessa forma, aponta-se que a opção da investigação pelo diálogo teve a perspectiva de levantar informações, mas também provocar reflexões, entendendo que motivar a consciência dos indivíduos, além de que a participação social, leva à compreensão da realidade com vistas a garantir mudanças e melhorias na qualidade de vida. Como comenta Martin-Baró (1998), somente um indivíduo consciente é capaz de transformar a sua realidade de vida e do ambiente em que está inserido, percebendo de forma mais crítica o seu papel na comunidade.

Este é o propósito da psicologia social comunitária, é como se fosse uma libertação para o indivíduo que passa a compreender melhor o seu contexto social. Dessa forma, foram descritas as análises das entrevistas realizadas com as lideranças femininas da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, citadas anteriormente, pela história de luta pela terra, pela forma de ser, viver e se organizar em comunidade, atrelando-as à teoria da psicologia social comunitária latino-americana. Nos relatos são mencionadas as estratégias de liderança, a forma como se organizam socialmente em suas comunidades, como fazem para preservar sua cultura e memórias, e como se constitui o processo de educação não formal e informal nas práticas cotidianas “maneiras de fazer” dessas lideranças femininas.

Essa pesquisa compõem o projeto “Memórias de resistências: a gestão ordinária, o cotidiano e a territorialização das mulheres-lideranças de comunidades quilombolas do estado do Paraná.” Projeto que foi financiado pela CAPES e conta com uma equipe de pesquisadores (professores doutores, doutorandos e mestrandos). Todos responsáveis por dar visibilidade à trajetória de mulheres-líderes que sempre foram sobrepujadas por um exclusivismo político, econômico e social masculino.

Neste sentido a pesquisa propõe compreender os processos educativos não formais e informais das lideranças femininas da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – Guarapuava - Paraná. Destacando, que é por meio dos processos educativos não formais e informais que as lideranças femininas permitem dar visibilidade a sua posição enquanto “mulheres negras” e “lideranças”.

Dessa forma, a perspectiva adotada nessa pesquisa vai de encontro com uma produção intelectual que não reproduz as formas de aprendizagem e construção de saberes expressadas no jeito que a tradição oral “branca” exige. Mas sim, revisita as ruínas deixadas pela colonização, as tradições quase apagadas, narrativas para serem compreendidas na voz de grupos historicamente marginalizados, nesta pesquisa a realidade das “mulheres negras” dos países colonizados.

Quanto a motivação pessoal destaca-se saber como essas mulheres alcançaram a liderança dentro da comunidade e de que forma elas realizaram e realizam o repasse de conhecimentos para as novas gerações.

Dessa forma, no dia 16 de julho de 2022, num sábado chuvoso, conforme combinado por WhatsApp, fui até a casa de Djamila Ribeiro para conhecê-la e entrevistá-la, chegando lá tive a grata surpresa em conhecer sua mãe, Tia Ciata, uma das fundadoras da comunidade. Apresentei minha pesquisa e perguntei se estavam dispostas a responder algumas questões e se elas me autorizavam gravar essa conversa, Djamila imediatamente olhou para sua mãe, Tia Ciata, como que pedindo autorização para falar. A qual respondeu: *“eu sou meio desconfiada com essas entrevistas e gravação, por aqui aparece muita gente querendo saber da nossa história, escrevem livros [...] e depois, depois esquece da gente”*. Eu insisti e me comprometi em voltar, assim que defendesse a dissertação, para compartilhar com elas dos resultados obtidos.

Assim sendo, me permitiu gravar e me pareceu ficar mais à vontade para conversar. Conversamos sobre vários assuntos relacionados a vida em comunidade, sobre a época em que viveram no barranco.

Neste sentido, Tia Ciata relata que foi uma das fundadoras da Comunidade Quilombola (Fundão), relembra com tristeza misturada com nostalgia, os sacrifícios

de seus antepassados, sua trajetória e ensinamentos. Neste momento, embarga a voz ao contar do passado de luta e resistência:

Eu sou uma das fundadoras da comunidade fundão, pois eu primeiramente fui representar a comunidade, fiquei lá embaixo de barraco, deixei minha família aqui e fiquei lá no barranco representando minha comunidade, o meu marido ficou trabalhando aqui, porque lá no barranco é de pouco recurso, então uns tem que ficar lá na luta, no barranco e os outros ficam trabalhando pra manter os que estão lutando, reivindicando o que é nosso de direito. (TIA CIATA, 2022, Pesquisa de Campo)

Na maneira como as palavras foram ditas, percebo um olhar distante, entristecido, como se estivesse revivendo as dores, os sofrimentos e as lutas.

Aí nós ficamos lá no barranco por quase dois anos, com sol, com chuva, e nós estávamos lá resistindo, lutando. Eu não dormia, passava a noite rezando, tinha medo que os capangas fossem lá fazer maldade pra nós. (TIA CIATA, 2022, Pesquisa de Campo)

Relata também que:

Lá no barranco nós estávamos em bastante gente, mas a maior parte era mulher, a mulher estava em primeiro lugar na luta e sem as mulheres nós não tínhamos conseguido o tanto que conseguimos. (TIA CIATA, 2022, Pesquisa de Campo)

Percebe-se o destaque da força da mulher nesse processo de luta pela terra. É evidente que o papel dessas mulheres é imprescindível dentro da comunidade. Sua filha Djamila, confirma e complementa dizendo: “a mãe foi uma guerreira, todas nós mulheres temos uma força que nem nós sabemos que temos”.

O diálogo foi acolhedor com as primeiras entrevistadas (Djamila e Tia Ciata). Essas, por sua vez, foram as mediadoras nas visitas à Comunidade Invernada Paiol de Telha (fundão) e ao Assentamento (Colônia Socorro). Dessa forma, no dia 19 de julho de 2022, fomos até a comunidade para realização das entrevistas. Na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de telha Fundão, o diálogo se ampliou, sendo ainda mais acolhedor. Desse modo, na seção seguinte, serão discutidas as categorias e subcategorias de análise identificadas.

5.3 LIDERANÇA FEMININA E SEU PROTAGONISMO

A primeira categoria o Gênero Feminino, a qual revelou a subcategoria Liderança Negra Feminina, compreendendo as particularidades da mulher quilombola em relação ao conjunto e pela necessidade de compreender de modo conceitual as características das lideranças femininas dentro da comunidade quilombola.

Neste sentido, verificou-se a liderança feminina a partir das questões sobre o papel da mulher dentro da comunidade. As lideranças femininas foram unânimes em dizer que a mulher teve e tem papel fundamental nas conquistas realizadas na comunidade. Dentre as falas, destacam-se:

A mulher dentro da comunidade representa tudo: a educação, o trabalho, o crescimento da comunidade, porque se não tiver a mulher no meio pra ensinar as crianças, pra ajudar o marido, porque muitos homens não trabalham sozinho. Perseverança, porque se você não firmar teu pé naquilo que você quer, você não vai conseguir. (DANDARA, 2022, Pesquisa de Campo)

Carolina relata, que sempre gostou de andar, participar com as lideranças mais velhas, e que as experiências vividas com essas mulheres em sua infância e juventude, fizeram dela a mulher forte e guerreira que é hoje.

Pra mim assim, dentro da comunidade desde o início eu sempre vi as mulheres a frente de tudo, claro os homens também, mas é sempre as mulheres que estão na frente, que puxam pra luta, as mulheres que estão buscando essa representatividade, então pra mim como mulher, eu sempre me espelhei nas mulheres mais velhas, sempre convivi com elas nas atividades da comunidade. As mulheres sempre estavam na frente da luta. Então você sempre vê as mulheres na frente, então é elas que nos representam e é uma forma de resistência mesmo, de resistir, de não esperar que o homem vá na frente, elas mesmas fazem a frente de tudo, elas que vão busca auxílio e solução pra tudo, resistência, luta, geração de renda...Sempre foram as mulheres dentro da nossa comunidade. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2022, Pesquisa de Campo)

Davis (2016), aponta que as condições de vida das mulheres e a inserção delas nos espaços de trabalho, começaram na infância, pois as meninas negras trabalhavam na lavoura tanto ou até mais que os meninos, o que fazia com que os senhores considerassem as mulheres negras “desprovidas de gênero”. E como se sabe, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa e que “o espaço

que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 17).

O fato de as mulheres ocuparem a liderança nas comunidades, não significa que elas devam tomar decisões sozinhas ou decidir por todos os integrantes do grupo, mas que a presença feminina é imprescindível. Pois, segundo Monteiro (2014), essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos quais atuam. [...] Ser liderança e estar liderança nessas comunidades não significa necessariamente exercer um cargo dentro do quadro administrativo das associações. Ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente (MONTEIRO, 2014, p. 1741-1742).

Neste sentido, ao serem questionadas se as mulheres deveriam assumir espaços de liderança, foram unânimes em dizer que sim e ainda sugeriram os espaços que as mulheres devem assumir. Quanto a isso, Carolina retrata a força da mulher quilombola e acredita que quando se quer e quando o trabalho é realizado no coletivo, a comunidade se fortalece.

Acho sim que as mulheres tem que assumir, que elas são fortes sim, são resistentes, são suficientes pra conseguir sim fazer as coisas. Porque a gente sabe dentro das famílias elas vão criando aquela coisa de que não conseguem fazer, que elas só podem ser dona de casa, esposa, que não pode estudar e que é só isso que elas tem que fazer. Mas que não a mulher pode estar onde ela quiser né, quando ela quiser. A mulher tem que dizer eu posso, eu consigo né, e claro que a gente vê muita dificuldade nesse meio mas a gente estando em coletivo, em grupos a gente se fortalece dentro disso e consegue fazer o que a gente realmente quer. (CAROLINA MARIA DE JESUS , 2022, Pesquisa de Campo)).

Dandara, reforça essa colocação ao relatar que sempre valorizou a figura da mulher nas lideranças:

Com certeza, teria que ter mais vereadoras, prefeitas e até presidente mulher. E a comunidade devia incentivar mulheres que tem vontade de ocupar cargos de liderança e apoiar elas. Mulheres devem apoiar mulheres...desde apoiar as professoras, diretoras das escolas dos teus filhos. Eu procuro sempre apoiar as mulheres, eu só voto em mulher, eu só vou em médica mulher. (DANDARA , 2022, Pesquisa de Campo))

Tia Ciata se anima e sugere que: “a mulherada tem que participar dos movimentos, reuniões e não deixar morrer nossas raízes e costumes. As mulheres tem que estudar, conhecer mais sobre a sua raiz e dos antepassados.” (Tial Ciata, 2022, Pesquisa de Campo)

Beatriz afirma que lugar de mulher é onde ela quiser: “a mulher pode entrar em todas as profissões, políticas, lideranças. Só precisa de oportunidade e incentivo da própria comunidade. (BEATRIZ NASCIMENTO , 2022, Pesquisa de Campo).

Antonieta Corroborava com esse posicionamento comentando que: “Eu penso que a mulher tem de assumir a luta, a terra. E vontade pra lutar é o que não falta para as mulheres, nós temos capacidade. (ANTONIETA DE BARROS, 2022, Pesquisa de Campo).

Assim como os espaços de liderança, o resgate da memória também é imprescindível para o fortalecimento do sentimento de identidade dos moradores da comunidade. Pois, a memória pode ser entendida tanto sob a perspectiva do coletivo como do social, influenciando fortemente no individual, devido as suas oscilações e mudanças.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p. 9)

As entrevistadas mais idosas afirmaram que a história de sua gente é importante, ela faz com que valorizem sua comunidade que as pessoas tenham uma noção de como foi a sua vida, de onde vieram, quais as suas origens, sua identidade. Desse modo, as entrevistadas demonstraram preocupação com as novas gerações, elas temem que não seja dada continuidade a cultura e as memórias. E como forma de incentivar e encorajar as outras mulheres quilombolas, para que possam contribuir para o fortalecimento da comunidade, Tia Ciata aconselhou: “Escutem os anciãos que tem muita experiência pra contar do tempo que ficaram no barranco lutando pela terra, procurem manter viva a tradição, a cultura e a raiz do nosso povo tão sofrido.” (TIA CIATA, 2022, Pesquisa de Campo)

Tereza atenta para as iniciativas em grupo: “Desenvolvam iniciativas em grupo e não tenham medo de errar, pois tudo é um aprendizado e se tiver vontade de vencer vai vencer, só não podemos deixar de sonhar.” (TEREZA DE BENGUELA, 2022, Pesquisa de Campo)

Dandara acredita que as crianças são o futuro da comunidade e estimula: “Levem as crianças pra participarem dos encontros, reuniões dentro da comunidade, para que possam levar adiante a cultura, os costumes. Tem que ensinar essa nova geração a lutar pelos nossos direitos. (DANDARA, 2022, Pesquisa de Campo)

Beatriz pensa que por meio do diálogo é possível conquistar muitas coisas dentro da comunidade e complementa: “Se unam pra ter mais força. O diálogo é sempre o melhor caminho. (BEATRIZ NASCIMENTO, 2022, Pesquisa de Campo)

Carolina esboça em sua fala um desejo antigo e de todos, “uma escola aquilombada”: “A comunidade precisa de uma escola e de um currículo próprio para o quilombo, e os professores devem ser quilombolas também. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2022, Pesquisa de Campo)

Ao serem questionadas sobre o fato da maioria das lideranças no mundo serem homens, o posicionamento foi percebido nas falas mencionadas abaixo. Carolina comemora o fato de que atualmente as mulheres estão mais envolvidas em espaços que até então era exclusivamente masculino.

Você vê que hoje tudo modificou muito né, que as mulheres estão mais envolvidas na política, tão mais envolvidas nos cargos né, que muitas vezes a gente sabe como que o machismo se envolveu dentro disso e que está ainda enraizado na nossa sociedade, no mundo mesmo né. Então, eu vejo que hoje as mulheres buscam mais fazer parte desses meios, claro né, com muita dificuldade, tendo que lutar contra esse preconceito. Eu vejo que tá mais aberto, mas que ainda é muito dificultoso pra mulher. Estamos nessa situação por causa do machismo, preconceito, de achar que a mulher não é o suficiente dentro das lideranças, que ela não consegue exercer aquela atividade, aqui dentro da comunidade mesmo a gente já se deparou com isso né. Muitas vezes a gente querer estar numa associação e falam: ah mais é uma mulher né, uma menina, uma jovem, então você vê que é o machismo mesmo enraizado. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2022, Pesquisa de Campo)

Para Dandara, é preciso que sejam ofertadas mais oportunidades para que as mulheres ocupem mais espaços de liderança.

Falta de oportunidade, acho que deveriam dar mais oportunidade para as mulheres, pois os mesmos direitos que os homens tem pra liderar as mulheres também tem. Capacidade as mulheres tem, veja que a maioria das casas são as mulheres que tocam em frente, não precisam de homem pra nos sustentar. (DANDARA, 2022, Pesquisa de Campo)

Neste sentido, Beatriz complementa: “Penso que falta oportunidade para as mulheres, pois esse mundo é muito machista. As vezes por medo ou falta de apoio.”
(BEATRIZ NASCIMENTO)

Tereza lamenta:

Ainda vivemos em um mundo machista, onde nosso trabalho não é valorizado, pois o homem não aceita a nossa capacidade e não admite que possamos nos sobressair, por isso dificultam nossa presença nos espaços políticos, com discriminação, assédio, constrangimento em certas situações, fazendo com que nós mulheres não tenhamos disposição para ocupar esses espaços, é triste mas não sei se um dia teremos uma representatividade significativa na política. (TEREZA DE BENGUELA, 2022, Pesquisa de Campo)

5.3.1. Lideranças Femininas: saberes tradicionais

A segunda categoria trata do autorreconhecimento Identitário, que aborda sobre o papel da mulher quilombola e como estas lideranças femininas simbolizam o lugar que ocupam e se afirmam identitariamente nas comunidades e na sociedade, evidenciando as subcategorias Estratégias de Liderança e Saberes Tradicionais.

Assim, as entrevistadas relataram sobre a participação delas na comunidade, de como aprenderam a conduzir e a representar o coletivo e de que forma a cultura e a história tem sido repassada para as novas gerações.

Carolina muito animada e participativa conta:

Eu participo das associações da comunidade Fundão e assentamento, sou secretária, aqui no assentamento como vice coordenadora da comunidade, faço parte de um coletivo artístico de jovens chamado paiol das artes, onde fazemos artesanatos, atividades culturais, me considero artesã, trabalho dentro da cultura familiar, sou quituteira. Eu sempre falo assim: que a gente vive em comunidade é um constante aprendizado, então você se envolve muito com todo mundo e a partir disso que você vai aprendendo com os mais velhos. A parte cultural foi muito das pesquisas que a gente foi buscando a partir da história do nosso povo né, as histórias que a gente ouvia dos nossos avós das pessoas mais velhas da nossa comunidade. Então, assim, a gente vai formando uma identidade a partir das histórias que a gente ouve do nosso povo né. (CAROLINA MARIA DE JESUS , 2022, Pesquisa de Campo)

Maria Firmina, uma senhorinha com um semblante sofrido, mas muito alegre, explica como eram feitos os partos na comunidade antigamente, e de que forma se tornou parteira:

Quando as mulheres se aprontavam pra ganhar nenê, os maridos vinham correndo me buscar pra ajuda, eu não era parteira, mas acabei virando parteira porque eu tinha coragem e aprendi de tanto sofrer e ver os outros sofrendo e ter que acudir. Daí fiquei conhecida como “a muié que ajudava a trazé as criança no mundo”, e depois também fui benzedeira, ensinava chá pra cólica de nenê, recaída de mulherde dieta.(MARIA FIRMINA DOS REIS, 2022, Pesquisa de Campo)

Dandara conta de que forma contribuiu para o desenvolvimento da comunidade e de como é a vida em coletivo:

Viver em comunidade não é coisa fácil, tem que renunciar muita coisa e principalmente acreditar e ter amor por aquilo que você está lutando. Eu sempre coloquei a mão na massa, nunca tive medo do trabalho, desde quando estava lá no barranco, ajudava a erguer os barracos, puxava água, cortava lenha, fazia de tudo o que viesse. Depois já aqui no assentamento fui convidada a fazer um treinamento ofertado pela CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), eu fui e foi a melhor coisa que eu poderia ter feito, pois lá aprendi tanta coisa, ai comecei a trabalhar com as famílias, pesava e media as crianças, fazia aquela farinha de casca de mandioca pra combater a desnutrição, fazia sopa pra toda comunidade. Passamos por uns mal pedaços, mas foi bom que chega a dar saudade daquele tempo (DANDARA , 2022, Pesquisa de Campo).

Atualmente Leci Brandão é a presidente da associação da comunidade e desabafa:

Sou presidente da associação e procuro atender a todos, faço tudo que está ao meu alcance, mas não é tarefa fácil, você nunca agrada. Os homens principalmente, eles são os que mais criticam, eu acho que eles no fundo não admitem serem coordenados por uma mulher. São poucos os que enxergam as benfeitorias realizadas na comunidade. As vezes sinto vontade de largar de tudo e deixar que se virem sozinhos (Antonieta de Barros, 2022, Pesquisa de Campo).

Compreendeu-se por meio das narrativas que as lideranças femininas se reconhecem pela questão cultural, portanto pela perspectiva da coletividade.

Para desenvolver este estudo utilizou-se a teoria da psicologia social comunitária latino-americana que compreende o paradigma interpretacionista,

utilizando a subjetividade com a interpretação e o interacionismo para entender as maneiras de fazer das lideranças femininas na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Desta forma, esta pesquisa volta-se para o modo de fazer e agir de pessoas comuns.

Estas “maneiras de fazer” carregam em si uma lógica alternativa aos sistemas dominantes de organização e são baseadas em práticas coletivas singulares. Tais práticas cotidianas constituem as formas de organização das comunidades quilombolas e de constituição dos sujeitos que os habitam. Um cotidiano baseado em atos, gestos e palavras das pessoas em seu dia-a-dia.

5.3.2 Lideranças Femininas: processos educativos não formais e informais

A terceira e última categoria refere-se ao processo de educação informal e não formal, a qual estabelece sobre os processos educativos não formais e informais das lideranças femininas no cotidiano da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha.

Quando se fala das modalidades ou processos educativos, Libâneo (2007), afirma que ainda é frequente o uso dos termos “educação formal”, “educação não formal” e “educação informal”; porém, foi possível perceber que, para as entrevistadas essa distinção não é bem definida.

Constatou-se por meio das narrativas das lideranças, que o diálogo é uma prática de educação não formal e informal, que produz conhecimento e proporciona a manutenção das memórias e a continuidade da cultura quilombola.

Para Alvarenga e Silva (2021), a vivência dessas mulheres em sua organização social, política e territorial é um legado na transmissão de conhecimentos intra e intergeracionais. Essas vivências contribuem para a resistência cultural e manutenção das memórias do povo quilombola, os quais se mostram presentes nas narrativas dessas mulheres, protagonistas em sua comunidade.

Desta forma, quanto aos processos educativos não formal e informal, observou-se que as entrevistadas não conseguem distinguir um processo do outro ou consideram educação não formal e educação informal como sendo o mesmo processo.

Neste sentido, Tereza exemplifica:

Eu considero educação não formal todo o conhecimento compartilhado dentro da comunidade, como por exemplo: produzir um queijo, cuidar de uma semente, a própria história dos nossos antepassados é uma educação não formal, mas muito importante pra cada um de nós. (TEREZA DE BENGUELA, 2022, Pesquisa de Campo).

Carolina considera que os processos educativos não formal e informal fazem parte de um movimento interno que não se aprende na escola, mas sim em comunidade.

A questão cultural, religiosa, parte da culinária que é passada informalmente, que você tá ali com os teus pais, teus avós e eles repassam esse conhecimento. Também a parte medicinal, dos remédios naturais, pra que serve tal erva medicinal, os benzimentos que são coisas que você aprende com os teus avós, que você via teus avós fazendo. Aqui na comunidade ainda tem algumas pessoas mais velhas que ainda fazem benzimentos. Então, isso é algo informal, que você não vê lá dentro da escola, mas que o nosso povo passa adiante a tradição. E a educação não formal é a participação dentro das associações que são feitas a partir da comunidade, a comunidade que escolhe esses representantes a partir de uma votação, é algo que se torna jurídico, a partir do momento que você tá na associação e tudo que você desenvolve dentro da associação, cursos que você busca pra comunidade, melhorias, políticas públicas que você busca é a partir daquele grupo de pessoas, é um movimento interno que a gente não aprende na escola, aprende na comunidade para ajudar a comunidade. (CAROLINA | MARIA DE JESUS, 2022, Pesquisa de Campo).

Beatriz não consegue distinguir entre um processo e outro: “Penso que é assim [...] informal é o que a gente aprende em casa com a família [...] tipo: matar galinha torcendo o pescoço (risos), e não-formal [...] não é a mesma coisa?” (BEATRIZ NASCIMENTO, 2022, Pesquisa de Campo).

Dandara acredita que os processos educativos não formal ou informal são aqueles que se aprendem na convivência em comunidade. “São todas aquelas coisas que aprendemos na convivência com as pessoas, no sofrimento, aprendemos a dividir a comida, roupa, remédio, a cultura da gente, essas coisas a gente não aprende na escola. (DANDARA, 2022, Pesquisa de Campo).

Djamila consegue distinguir um processo do outro, afirmando que o processo não formal é aquele que não aprendemos na escola, porém, existe uma intenção e que são coisas que se aprende no coletivo, e o processo educativo informal é tudo aquilo que se aprende em casa, com a família.

As reuniões das lideranças que nós fazemos na comunidade, é uma coisa que não ensinam a gente na escola, a bem da verdade a gente aprende a ser líder, se envolvendo nos assuntos sobre luta e resistência e isso é a educação não formal, coisas que a gente aprende no coletivo e como a gente aprende! E com a família a gente aprendeu por meio da convivência, em família como: os costumes, as rezas, as simpatias com ervas medicinais, influência da lua nas plantações, na gestação, parteira. (DJAMILA RIBEIRO, 2022, Pesquisa de Campo).

Lane (1984), explica que todo processo educativo direciona para uma função social na comunidade, essa é uma compreensão da função social da educação na Psicologia Comunitária. Neste sentido a autora afirma que, a psicologia social latino-americana foi constituída como uma forma de transformar as comunidades em termos de consciência social perante a realidade, trazendo à tona as reivindicações a respeito da legitimidade para manter as necessidades básicas de sobrevivência, pela interação nos grupos sociais.

Dessa forma, Freitas (2001), afirma que a psicologia social comunitária tem como características as práticas sociais em comunidades, com o propósito de transformar a realidade das pessoas e de melhorar as condições de vida das comunidades. E nesse sentido, Martin-Baró (1998), complementa que o indivíduo consciente consegue transformar a sua realidade de vida e do ambiente, em que está inserido, percebendo de forma mais crítica o seu papel na comunidade. Este é o propósito da psicologia social comunitária, ela atua como agente libertador para o indivíduo que passa a compreender melhor o seu contexto social.

Conforme afirma Brandão (2002), no que se refere ao ensino não escolar, tanto no ensino não formal, quanto no ensino informal, não existe um fim projetado anteriormente, eles acontecem a partir das relações interpessoais, são permanentes, localizam-se no campo dos sentimentos, são resultados de uma rede de troca de saberes universal, gerados a partir dessas questões: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem, de acordo com a cultura da qual o indivíduo faz parte.

Para tanto, a tradição oral foi uma maneira que se encontrou de transmitir oralmente, de uma geração para outra, a cultura de um povo. Neste sentido, muitos conhecimentos eram repassados por meios das tradições orais, tais como as histórias de família que rememora seus ancestrais por meio dos artesanatos, da cultura, da agricultura e dos ofícios aprendidos (VANSINA ,2010).

Nesse caminho de análise, as entrevistadas relataram sobre a importância do repasse, no sentido de perpetuar, o conhecimento e a cultura, que ocorre por meio dos processos educativos não formal e informal, e de como esse processo mudou a forma de ver a comunidade. Segue as entrevistas mais relevantes:

Tereza afirma que a força da comunidade está no repasse da cultura e memórias para as novas gerações:

A forma de repassar o conhecimento na comunidades é muito importante, pois com o tempo nossa luta, nossa história pode se perder, por isso temos a obrigação de conhecer e poder contar , mostrar nossa cultura, nosso saber, nosso trabalho, nosso convívio em comunidade, nossa luta pra ocupar nosso lugar na sociedade, nosso direito de ser quem somos, precisamos de todo conhecimento possível, pois nossa luta não acaba, estamos sempre precisando provar alguma coisa, mas acredito que algum dia conquistaremos a tão sonhada igualdade. Esse repasse mostra nossa força e determinação e que juntos somos mais. (TEREZA DE BENGUELA, 2022, Pesquisa de Campo).

Beatriz teme pelo apagamento das memórias e ressalta a importância do repasse da cultura pelos anciãos da comunidade:

É importante que os anciãos repassem a nossa cultura para não perdermos a nossa história, para não deixar esquecido a riqueza da nossa cultura. Pois, vivenciar essa história, essas memórias é totalmente diferente de apenas ler, precisamos ouvir, pois isso nos traz bem pra perto de nossos antepassados, além de enriquecer o conhecimento. (BEATRIZ NASCIMENTO, 2022, Pesquisa de Campo).

Dandara também comenta sobre a necessidade de repassar os conhecimentos adquiridos:

Com certeza, repassar o que sabemos é maravilhoso, porque assim como alguém passou pra mim eu tenho obrigação de repassar pra outras pessoas, se a pessoa tiver vontade de aprender é claro. O que foi repassado pra mim, mudou meu modo de ser, agir e pensar, eu vejo hoje pelo respeito que as pessoas tem por mim, pela minha família, consideração. As pessoas quando me encontram falam que sentem saudade do trabalho que eu fazia...do projeto da sopa que todas as famílias se beneficiavam. (DANDARA, 2022, Pesquisa de Campo).

Tia Ciata se emociona ao lembrar dos conhecimentos valiosos que recebeu de seus antepassados:

Os ensinamentos que recebi dos meus antepassados foram valiosos, e eu tenho procurado repassar para os meus filhos, netos, sobrinhos. Quero manter viva a cultura do nosso povo. Eu sempre faço os rituais de rezas; a “recomenda”, onde toda a comunidade caminha em procissão à noite rezando pela vizinhança; a “reza de mastro” que acontece durante o dia é realizada uma festa, em seguida saem em procissão e fincam o mastro na casa da pessoa que fez intenção para determinado santo. E como é importante repassar essas coisas para não deixar morrer a nossa raiz, de deixar acesa a chama do nosso povo pela luta. (TIA CIATA, 2022, Pesquisa de Campo).

Carolina lamenta o fato de hoje a comunidade não ser composta apenas por quilombolas, e entende que isso dificulta o repasse e continuidade da cultura quilombola.

Eu acho que repassar o conhecimento é muito importante, infelizmente isso tudo vai se perdendo a gente vê em todas as comunidades tradicionais, indígenas que estão perdendo essa identidade né. Por que os jovens não tão procurando as pessoas mais velhas pra saber mais como as coisas funcionam. É preciso que os jovens vão buscar também essas pessoas mais velhas pra que elas estejam repassando isso. Então, é muito importante que tenha esses movimentos dentro das comunidades pra tenha esse repasse mesmo da cultura de mante a tradição que a gente vê que se perde muito e tá se perdendo, a gente vê a parte religiosa que tinha muitas outras formas de pregar a religiosidade e que vai se perdendo aos poucos, a parte de alimentos artesanal também, a forma que criavam os animais, as coisas foram se modificando com o tempo. E tudo isso, mudou meu modo de enxergar a comunidade, porque como eu falei, quando eu vim pra cá eu era uma criança de dez anos não tinha noção do porque que meu pai estava lutando por uma terra, então, isso já é uma forma de resistência e no decorrer desse período que você vai convivendo com eles, participando de reuniões tá indo sempre em busca de conquistar o que era de direito deles né, e assim você vai aprendendo, você vai fazendo parte daquilo, você vai se inserindo mesmo. Hoje aqui a gente já não é mais só uma comunidade quilombola, não tem só quilombola aqui. Aqui tem pessoas que compraram de outras pessoas que são os assentados. Aqui é visto como um assentamento e por isso a gente tem muita dificuldade por causa dessa divisão (pessoas quilombolas e pessoas não quilombolas), pra trabalhar a cultura negra aqui dentro já é mais difícil. Aqui tem a associação quilombola e a geral e por isso a dificuldade de trabalhar a cultura aqui dentro da comunidade e principalmente os jovens que vão se afastando das raízes, da sua cultura. A comunidade é uma constante resistência pra manter o nome da comunidade, é luta todo dia por direito, por políticas públicas dentro da comunidade porque a gente é mais de 64 famílias em toda a comunidade. Então, assim é bem dificultoso você tá buscando essas políticas e só a partir das associações que você vai atrás dessa políticas necessárias pro nosso povo e principalmente pro povo quilombola. Porque se você vai atrás de um médico, a gente sabe que as mulheres negras precisam de um médico específico pras mulheres negras, mas aqui é um médico só e ele vem pra atender toda a comunidade. A parte medicinal, a parte religiosa. Tem várias igrejas dentro da nossa comunidade e a cultura dos nossos antepassados já ficam mais escondida. Então, você vê essas dificuldade que você enfrenta que também não é só dentro da comunidade, a gente vê

isso pra fora também. Muitas vezes a pessoa se reprime enquanto pessoa negra por causa dos preconceito que tem. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2022, Pesquisa de Campo).

Existe nessa comunidade, entre as lideranças femininas, a preocupação em manter viva as tradições, pois quem detém o conhecimento sobre as tradições orais são os mais velhos e por isso essas memórias correm o risco de serem perdidas ou esquecidas com o tempo. Conforme aponta Hampaté Ba (2010, *apud* CALVET, 2011, p. 55), “um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia”, demonstrando a importância dos idosos nas comunidades de povos tradicionais e a preocupação em conservar as tradições e preservar a memória ancestral. Neste sentido, a memória dos mais velhos é posta em ação diariamente, nas situações cotidianas de repasse de conhecimento, em alguns momentos de aprendizagem de afazeres tradicionais, em outros as narrativas que são formas de tradição oral que auxiliam na manutenção de suas raízes culturais e identitárias.

Compreende-se que, nesse cenário, estão dois movimentos de massas excluídas: os negros e as mulheres, e quando unidos numa complexidade racista, como a sociedade brasileira, a exclusão é ampliada. Enquanto negros, em diversos momentos da história, esses povos foram ignorados e excluídos da sociedade. Sofreram pela expropriação de suas terras e pela falta de atenção e reconhecimento de seus direitos. Enquanto mulheres, na invisibilidade histórica, elas foram silenciadas pelo machismo e seguem reivindicando o direito a ter voz. Aspectos essenciais no estudo proposto pelo olhar da psicologia social comunitária latino-americana.

Para Menon (2019), é na psicologia social comunitária que estão estabelecidos os valores, a identidade, a realidade de uma organização social, que partem de práticas psicossociais nas comunidades e determinam a perpetuação das culturas e o processo histórico no qual estão inseridos. É que as transformações acontecem pela compreensão de sua realidade de vida. É neste cotidiano que estas pessoas desenvolvem estratégias de sobrevivência que funcionam contrariando a ordem hegemônica que preceitua não haver possibilidades de existência fora de sua estratégia (HOLANDA, 2011).

Desse modo, a psicologia social latino-americana, inserida na comunidade busca fortalecer um público específico, porque estimula o aumento da participação dos indivíduos na comunidade e isso contribui para o desenvolvimento econômico e social. Complementar a isso, Wiesenfeld (2014) afirma, que um dos propósitos da psicologia social latino-americana sempre foi o de priorizar o atendimento de locais carentes para trazer melhor qualidade de vida às pessoas necessitadas, devido aos problemas sociais, que determinou um ato de pobreza e de desigualdades.

Compreende-se que este foi um dos fatores fundamentais do surgimento da psicologia social latino-americana, porque não havia possibilidade de manter as crescentes disparidades que os países estavam enfrentando. Era necessário resgatar a dignidade humana e a qualidade de vida da população.

Para tanto, a psicologia social latino-americana surgiu pela busca da liberdade e da independência como meios para a transformação social e de conduta dos indivíduos.

Constatou-se que as contribuições trazidas da PSCLA para a América Latina, Segundo Góis (2008), foram imprescindíveis e resultaram em mudanças sociais, ampliação do senso crítico, defesa dos direitos humanos relacionados a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. E só é possível aprimorar os índices de desenvolvimento humano a partir da concepção da psicologia comunitária, que possibilita mudanças necessárias no sentido de reconhecer as organizações sociais que utilizam meios ordinários como forma de vida, pois ao considerar as comunidades alternativas, a dependência diminui e a construção social acontece (GÓIS, 2008).

Verificou-se as contribuições advindas dessa relação entre a Psicologia Comunitária e as experiências de desenvolvimento da comunidade quilombola, neste contexto representada pelo grupo de mulheres de lideranças, as ações educativas não formais e informais.

Complementando, a concepção sobre comunidades quilombola, e, de maneira a compreender como se constitui a educação não formal e informal dentro destas comunidades. Essa concepção foi argumentada no segundo capítulo desse projeto.

Neste sentido, para compreender de que forma ocorre o ensino na sociedade, foi necessário entender que a educação é um conceito amplo e que pode ser analisada sob três aspectos: a educação formal, a educação não formal e educação informal. Segundo Brandão (2002), essas três modalidades de educação possuem características diferenciadas, porém podem ser complementares e buscam, cada uma a sua maneira, possibilitar relações sociais baseadas na igualdade e justiça social. O autor destaca que o aprendizado acontece por meio das relações sociais. Ele considera essas relações sociais um terreno fértil e propício para o desenvolvimento de novos saberes.

Dessa maneira, constatou-se que as lideranças femininas da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha utilizam constantemente, mesmo que sem perceber ou compreender, a educação não formal e informal. Pois, estes dois processos educativos ocorrem de forma tão natural e quase imperceptível.

Brandão (2002) afirma, que tanto, no ensino não formal, quanto no ensino informal, não existe um fim planejado, e que eles acontecem a partir das relações interpessoais, são permanentes, são resultados de uma rede de troca de saberes universal, gerados a partir dessas questões: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem, de acordo com a cultura da qual o indivíduo faz parte.

Assim, constatou-se que as lideranças femininas não percebem a educação não formal enquanto processo educacional, mas que essa educação não formal impacta no trabalho que elas desenvolvem dentro da comunidade. Pois, o processo educativo não formal, têm uma intencionalidade, podendo citar como exemplo: a participação das lideranças femininas na associação da comunidade, quando elas participam de reuniões para decidir o destino que será dado ao dinheiro que elas arrecadam com a venda dos artesanatos locais e quais os benefícios dessa prática não formal para o coletivo.

Já o processo educativo informal, embora muito parecido com o não formal, acontece de forma não intencional, se dá no ambiente familiar, aprende ouvindo, olhando e participando das tradições familiares.

Como mencionado anteriormente, os processos educativos não formal e informal, são distintos e ao mesmo tempo muito semelhantes, eles a todo momento

se entrelaçam, ora operam em espaço não formal, ora em espaço informal, e se complementam.

Finalizada a análise, foi possível identificar, pelos estudos teóricos e pela leitura da realidade da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha que os espaços históricos de movimentos de excluídos pertencem a grupos que reconhecem sua importância cultural e carregam consigo memórias de seus antepassados, que enriquecem sua identidade.

Constatou-se a importância da presença da liderança feminina na comunidade, tanto nos aspectos organizacionais, como questões políticas, econômicas e de preocupação com o coletivo e com o futuro das novas gerações. Elas se posicionam contra a omissão dos homens e nos desafios que enfrentam para afirmarem-se como mulheres negras e líderes. Essas mulheres utilizam estratégias de sobrevivência em suas práticas cotidianas, como forma de (re)significar vivências, ancestralidades e memórias.

A memória é presente nas falas, nas lutas, tradições e crenças das mulheres da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Do breve contato que tive com elas ficou o exemplo de força e a marca inapagável do protagonismo dessas mulheres.

Embora, seja evidente o protagonismo das mulheres nas lideranças em várias situações e contextos, em alguns espaços é perceptível que por diversas vezes, as mulheres ainda são invisibilizadas. Evidenciando o papel da mulher atualmente, a conquista por espaços antes ocupados apenas pelos homens é uma conquista irreversível, conquista em que as mulheres têm se envolvido a fim de evitar a sua exclusão em processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Ocupar cargos de liderança, devido as opressões históricas, é um tanto desafiador para as mulheres, no sentido em que ainda há violência (simbólica ou não) no cotidiano feminino. As desigualdades mantidas tempos a fio ainda são ultrajantes e ainda permeiam o cotidiano da mulher. No caso das comunidades quilombolas, o olhar para as lideranças femininas nesses espaços, pode ajudar a repensar sobre os papéis sociais de gêneros na atualidade e produzir outros sentidos para o que é ser mulher na contemporaneidade.

Se faz necessário esclarecer que a luta dessas mulheres, não é uma luta contra os homens, mas contra o sistema de dominação construído pelas sociedades ao longo da história. Convém salientar, que as mulheres negras também fizeram parte do processo de luta que resultou na abolição da escravidão, porém foram invisibilizadas nas narrativas sobre a sociedade brasileira e na historiografia oficial.

Infelizmente, há muito tempo a submissão da mulher, constitui-se na primeira forma de opressão na história da humanidade. Porém, a consciência crítica feminista acerca da própria opressão e a visibilidade das mulheres manifestou-se recentemente. E aos poucos as mulheres estão se conscientizando do papel fundamental que elas representam nas conquistas realizadas na comunidade.

O fato de as mulheres ocuparem cargos de liderança nas comunidades, não significa elas decidam em nome de todos os integrantes do grupo, nem que elas devam tomar decisões sozinhas, mas que a presença feminina é imprescindível.

Neste mesmo sentido, nos espaços de liderança o resgate da memória e da cultura são fundamentais para o fortalecimento do sentimento de identidade dos moradores da comunidade.

Com relação aos processos educativos, eles direcionam para uma função social na comunidade, compreendida também como função social da educação na Psicologia Comunitária. Do mesmo modo, a psicologia social latino-americana atua como agente libertador dos indivíduos e foi constituída como uma forma de transformar as comunidades em termos de consciência social.

Por fim, levando-se em consideração os pressupostos teóricos que dão suporte a esta pesquisa, o contato com as mulheres da comunidade, mostrou alguns desafios das lideranças femininas, onde aparecem visíveis as heranças de seus ancestrais e a força de um protagonismo feminino que se (re)significa constantemente em suas práticas cotidianas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da aproximação das lideranças femininas da comunidade remanescente quilombola Invernada Paiol de Telha se deu para compreender como os processos educativos não formais e informais das lideranças femininas quilombolas são constituídos/aprendidos? E de que maneira esta educação não formal e informal permeia as relações com a comunidade interna e externa contribuindo na garantia dos direitos para grupos quilombolas? Esses processos contribuem para visibilidade dessas mulheres numa sociedade que adota a supremacia branca colonialista?

Para alcançar o objetivo geral, foram delineados alguns objetivos específicos, o primeiro de (I) descrever os processos educativos não formais e informais lideranças femininas negras da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, este objetivo me proporcionou conhecer como ocorre o repasse da cultura e dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar e na comunidade, as particularidades dessa história e de seus personagens, o caminho percorrido por eles, e os acontecimentos que os trouxeram até o momento atual. Esse objetivo se entrelaçou com o seu subsequente, o de (II) dialogicizar como estes processos constituídos/aprendidos por elas refletem/permeiam suas relações com a comunidade interna e externa. As histórias ouvidas foram recortadas e estavam permeadas pelas descrições de práticas comuns para as lideranças da comunidade, de modo que elas foram caracterizadas, por vezes, por práticas culturais, pela forma de repassar as memórias por meio do artesanato, da religiosidade e dos conhecimentos repassados de geração para geração.

Em sequência, o objetivo (III) desvelar as formas que lideranças femininas negras fazem uso desses processos educativos visando sua inserção na pauta da visibilidade e reconhecimento social enquanto sujeitos políticos de direitos. Foi possível perceber a forma como as memórias relacionadas ao modo como o trabalho era coordenado e organizado na comunidade, tem influência até os dias de hoje, assim como os aprendizados informais como: as rezas, as parteiras, benzedadeiras advêm de experiências adquiridas na prática cotidiana. Aprendizados esses, que são lembrados pelas lideranças femininas da comunidade, e orientam o que fazer para que essas memórias não sejam apagadas e os costumes não

sejam esquecidos. Neste sentido as mulheres da comunidade lutam pela manutenção dos saberes tradicionais, buscando sair do lugar de invisibilidade que a história os colocou.

Nessa imersão no universo das lideranças femininas na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, conheci mulheres: mães, irmãs, benzedeiiras, parteiras e militantes, que organizam e compartilham das experiências vividas e de todo conhecimento repassado por seus ancestrais para a construção da identidade quilombola, para a luta pelo direito de existir como sujeitos. Nas entrevistas, muito se falou das práticas utilizadas para manutenção das memórias e de ancestralidade, reafirmando que, no quilombo, tudo vem de antes, vem dos antepassados. Para tanto, é uma forma de lidar com o conhecimento que reafirma e reconhece os que vieram antes e deixaram um legado de práticas e saberes.

A memória das lutas e resistências das mulheres quilombolas, sobreviveu, resistiu e contribuiu para a reconstrução de modos de vida no coletivo, saberes e conhecimentos, e técnicas próprias de produzir e sobreviver a partir da terra.

Essas memórias e saberes servem de inspiração e fonte de conhecimento para a construção de modelos decoloniais. Para isso, é preciso ouvir o que essas mulheres em suas práticas cotidianas, têm a nos ensinar, porém, para que isso seja possível, é preciso decolonizar nossos ouvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANHAS, Danilo de Miranda. **Construção e fortalecimento de redes de sociabilidade comunitária entre jovens moradores da periferia cubatense**. 182f, 2019, Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)).

ANISZEWSKI, Ellen; MALACHIAS, Rosângela. Diálogos pedagógicos sobre liderança feminina negra: entre o terreiro e a escola. **Interfaces da educação**, v. 11, n. 33, p. 112-127, 2020.

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p. 31-56, 2008.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Liderança: a administração do sentido. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, pág. 102-114, 1994.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Formação do Psicólogo**: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: Ciência e profissão*, 17(2), p. 37-42, 1997.

BORGES, J. C.; SILVA, L. N. B. **Diagnóstico de Violações de Direitos e Situação de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Brejo dos Crioulos** / – Brasília: FIAN Brasil, 2017. p. 88.

BUTI, Rafael Palermo. **Acerca do pertencimento**: percursos da comunidade invernada Paiol de telha em um contexto de reivindicação de terras. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura**. Campinas - São Paulo: Mercado da Letras, 2002.

BRASIL. **Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 02 nov. 2008.

CALÁBRIA, J. **Processo de Comunidade Quilombola pode ser anulado no Paraná**. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/?p=afro_deta_lhe&id_afro=10189. Acesso em 08 jul. 2013.

CALVET, Louis-Jean. **Tradição Oral e Tradição Escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 55.

CARRARO, Adriana Ribas Adriano et al. Paiol de telhas: memória e constituição territorial “quilombola” em Guarapuava, Paraná. SEMINÁRIO ESTADUAL DE

ESTUDOS TERRITORIAIS, 7, JORNADA DE PESQUISADORES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2, p. 1-12, 2014.

CARRARO, Adriana Ribas Adriano et al. Dissertação de mestrado: **A invernada paiol de telha e a nova legislação quilombola (1975-2015)**. 2016.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em Tela**. Rio de Janeiro, 7 pág. 1-10, 2014

CHEMERS, Martin M. **Liderança, mudança e eficácia organizacional**. Universidade da Califórnia, Santa Cruz , p. 1-5, 1997.

COLOGNESE, S.A.; MELO, J.L.B. **A técnica de entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia**. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 143-159.

CURY, Carlos Jamil. Educação e contradição. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ALVARENGA, Rúbia Mara Ferreira; DA SILVA, Angela Maria Cauty Santos. A preservação da cultura quilombola intra e intergeracional. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 17, 2021.

DE FREITAS, Luiz Carlos. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 4, 2018.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Lincoln Régis. Penalidade e colônia: a responsabilização criminal dos escravos na capitania de Pernambuco durante o período colonial. **Revista Brasileira de História do Direito** , v. 4, n. 1, pág. 102-125, 2018.

ELTIS, David; HALBERT, Martin. The Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages. Website. **Emory University**, 2013. Disponível em:<<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>> Acesso em nov. 2021.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Liderança e organizações. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 2 n. 2, p. 93-119, jul./dez. 2011.

FÁVERO, Osmar. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 614-617, 2007.

FELIPE, Delton Aparecido; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Memórias afro-brasileiras no Estado do Paraná: as práticas de vida da comunidade Quilombola Paiol de Telha/Afro-brazilian memories in Paraná State: the life practices of "Paiol de Telha" Quilombola Community. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 1, p. 387-405, 2018.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 51-64, 2010.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade. brasileira **Revista Direito e Práxis**. Vol. 9, n. 2, 2018.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo; OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Pedagogia da Solidariedade**. Editora Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 11, p. 175-189, 1998.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: FREITAS, Regina Helena de Freitas (Org.) **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia / 13**. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

FREITAS, Maria de Fatima Quintal; OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal. A qualidade da educação e o professor por um fio: o cotidiano docente na ótica da psicologia social comunitária. **Aletheia**, n. 37, 2012.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como politização de vida cotidiana: desafios da prática em comunidade In: STELLA, Claudia (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências** (p.68-85). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal De. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 32, p. 521-532, 2015.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades quilombolas**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=PR#>. Acesso em: 16 maio 2021

FUNARTES. **Região Sul – Paraná: Comunidade de Invernada Paiol da Telha**. Disponível em: <http://www.souquilombola.com.br/estados/comunidadesdeinvernadaprcont.html>. Acesso em 08 jul. 13.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/ não-formal. In: INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE), **Droit à l'éducation: solution**

à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIUSTA, Agneta da Silva. Concepções de Aprendizagens e Práticas Pedagógicas. In: **Revista Educ.** Ver., Belo Horizonte, jul. 1985. P. 24 -31

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C. W. L. . **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008a.

GÓIS, C. W. de L.. **Psicologia Comunitária**. Universitas Ciências da Saúde, 01(2), p.277- 297, 2008b.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura. Curitiba: GTCM, 2010. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

GUARESCHI, P. (2010). O mistério da comunidade. In J. Sarriera, & E. Saforcada, (Org.). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas** (pp. 13-23). Porto Alegre: Sulina, 2010.

GUARESCHI, P. Perspectivas para a Formação em Psicologia. **Psicologia: Ensino e Formação**, 6(2), p. 114-122, 2015.

HAESBAERT, Rogério, and E. LIMONAD. "espaço, tempo e crítica." **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas** 1.2 (2007).

HAMPATÉ BÁ, A. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

IANNI, Octavio **Teorías de la globalización**. 7ª ed. México, Siglo XXI, 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny. **Diálogos em psicologia social**. 2012. XIV Encontro Nacional da ABRAPSO.

JESUS, Anna Cristina de Almeida. **Lideranças Negras**: reflexões sobre interseccionalidade no mercado de trabalho. 2021. 144f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

JOCOSKI, V. Estudos sobre a organização política e a representatividade social da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão – Município de Pinhão (Pr). Guarapuava: Faculdades Guarapuava. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Sociais**, n. 1, ano 1, 2011. Disponível em:

http://faculdadeguarapuava.edu.br/arquivos/biblioteca/contato_social_01.pdf. Acesso em 06 jul. 13.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, n. 44, p. 1-21, 2001.

KLOZOVSKI, Marcel Luciano. O cotidiano dos "Herdeiros do Fundão": gestão ordinária e o movimento de TDR na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha–Reserva do Iguaçu/PR. 2020.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia (p. 15-28). 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LANG, A.B.C.G. **Trabalhando com história oral**: reflexões e procedimentos de pesquisa. Cadernos CERU, Série 2, nº. 11, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo, v. 5, 2007.

LINDOSO, D. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

LIMA, Andréa Franco et al. “Marielle virou semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 1, 2019.

MARTIN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

MARTINS, Sebastião Meira. **Guarapuava, nossa gente e suas origens**. Guarapuava, Secretaria Municipal de Cultura, s.d. TEIXEIRA, Murilo Walter. Continente Guarapuavano. Guarapuava: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, 1999.

MAESTRI, Mário. **Breve história da escravidão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MENDES, M. A. “Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. In: DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 51-58.

MENON, Rozeli Aparecida. **Estratégias psicossociais de resistência das lideranças indígenas avá guarani da região oeste do Paraná**: uma perspectiva não-gerencialista na área de administração. Guarapuava, 2019.

MONTEVECHI, Wilson Roberto Aparecido. **Educação Não-Formal no Brasil: 1500-1808**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano Americana, 2005.

MONTERO, M. Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. **Revista Colombiana de Psicología**, Bogotá, DC, v. 19, n. 2, p. 177-191, 2010.

MONTERO, Maritza. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, p. 141, 2003.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **A representatividade e os nomes e significados do trabalho das mulheres quilombolas na Paraíba**. In: Anais 18º REDOR. Recife/Pernambuco, p. 1741-1742. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2310/741>. Acessado em 01 nov. 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, 2001.

NEDER, Andiara Barbosa; FRANCO, Gilciana Paulo Lideranças femininas nas Folias de Reis, nas Umbandas e Candomblé: uma análise de fluxos e refluxos. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, jan./jun. 2019, p. 187-204.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 25, dez. 1993.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise psicológica**, v. 3, n. 15, p. 375-388, 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTO, Dayse. **Toda quilombola é sinônimo de resistência**. Terra de direito. 2017. Disponível em:< <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/toda-mulher-quilombola-esinonimo-de-resistencia/22441>>

PRUDENTE, Eunice. **Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra**. Jornal da USP. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dadosdo-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>, acesso em 08.11.2020.

QUINTAS, Sindo Froufe; MUÑOZ, Antonio Romero. **Proyecto pedagógico: diseño y práctica**. Copistería de la Escuela Universitaria de EGB, 1986.

REGO, Amancio Mauricio Xavier. Educação: concepções e modalidades. **Scientia cum indústria**, V. 6, N. 1, PP. 38 — 47, 2018

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?/ Djamila Ribeiro**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, v. 11, 2017.

ROBERTAZZI, Margarita. Psicología social histórica: teoría y construcción de conocimientos. **Espacios en blanco. Serie indagaciones**, v. 21, n. 1, p. 21-58, 2011.

RODGERS, Diane M.; PETERSEN, Jéssica; SANDERSON, Jill. Comemorando organizações alternativas e espaços marginalizados: O caso de Finntowns esquecidos. **Organização**, v. 23, n. 1, pág. 90-113, 2016.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. Psicologia Social. (revista e ampliada). **Petrópolis, RJ**: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Letícia Fernanda Souza. Movimento de mulheres negras no Brasil: desafios da resignificação de uma identidade feminina negra em períodos de pandemia. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 1, 2020.

ROJAS, Rodrigo Andrade. "El liderazgo comunitario y su importancia en la intervención comunitaria." **Psicología para América latina**, n. 25, 2013. p. 57-76.

RORATTO, João Manuel. Modernidade, pós-modernidade e os reflexos na educação. **Educação (UFSM)**, v. 35, n. 3, p. 176 , 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. In: Gênero, patriarcado, violência. 2004.

SALGADO, M.; FRANCISCATTI, K.V.S. **A análise dos dados da História Oral: fundamentos para uma Psicologia Crítica**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, v.14, n.1, 2014, p. 304-319.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Projeto político-pedagógico, trabalho docente e emancipação: a relação psicólogo-professor em processo de construção**. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Psicologia) –Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia social comunitária profissional. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. SPE2, p. 100-108, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SCARPARO, Helena Beatriz; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional**. Psicologia & Sociedade, 19(2), p. 100-108, 2007.

SILVA, Daiany. A escrita de vivências e sua relação com a formação de lideranças femininas negras no Brasil. **SOCIOPOÉTICA**, v. 23, n. 1, p. 30-41, 2021.

SILVA JUNIOR, Hédio, Maria Aparecida da Silva BENTO, Mário Rogério SILVA. (orgs) **Políticas públicas de promoção da igualdade racial**. São Paulo, SP: CEERT, 2010

SILVA, Célia Regina Ramos da; CARVALHO, Paula Manguiera de; SILVA, Elisângela Leandro da. Liderança feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, v. 7, p. 25, 2017.

SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **Cadernos Pagu**, 2019.

SEPPIR-Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes-afirmativas/a-participacao-dasmulheres-negras-nos-espacos-de-poder>>. Acesso em 23 de nov. de 2018.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012.

SOUZA, Edicelia Maria Dos Santos De. **O Estado da Arte da Educação Escolar Quilombola na Universidade Federal do Paraná de 2007 a 2012**. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Educação das Relações Étnico Raciais). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2015.

STECA, Cunha Lucinéia; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: UEL, 2002.

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não formal na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Carlos Alberto. **Sociologia política da educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

URIBE, Ulda Elena Martínez; CHAPARRO, Ángela María Martínez. Aproximación al perfil psicosocial de las mujeres líderes del programa "Familias en Acción" del municipio de Bello. **Pensando Psicología**, v. 8, n. 14, p. 118-129, 2012.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. História geral da África, v. 1, p. 157-179, 2010.

VERONEZZI, Fernando; DA SILVA, Felipe Alexandre. A PLURALIDADE DO ESPAÇO RURAL DE GUARAPUAVA (PR): A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO E O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DO QUILOMBO "INVERNADA PAIOL DE TELHA". **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 10, pág. 227-242, 2013.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Revista Janus**, Lorena, v. 3, n. 4, 2006.

YUS, Pámela. Participación comunitaria de mujeres de sectores populares y transformaciones de su identidad de género. **Psykhé** Vol 6. N. 1, 1997.

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
Campus Santa Cruz**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Lideranças Femininas: os processos educativos não formal e informal na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha - Paraná , sob a responsabilidade de Déris Warmuth, que investigará como os processos educativos não formais e informais do/no cotidiano das lideranças femininas em comunidades quilombolas são constituídos/aprendidos no território? E de que maneira esta educação não formal e informal permeia as relações com a comunidade interna e com sociedade externa contribuindo na garantia dos direitos para grupos quilombolas. Busca, ainda, identificar como acontece a afirmação identitária dessas mulheres numa sociedade que além do colonialista é machista.

Ao participar desta pesquisa você contribuirá para que outras pessoas conheçam a realidade das lideranças femininas e seus processos educativos na comunidade Paiol de Telha, oportunizando a visibilidade das lideranças femininas.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado as entrevistas sem nenhum prejuízo para você.

Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por meio das entrevistas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum das entrevistas ou gravações, nem quando os resultados forem apresentados.

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Déris Warmuth

Email: warmuth1972@gmail.com

Telefone para contato: (42) 999249234

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em duas vias, sendo que uma via ficará com você.

Apêndice 2: Termo de Consentimento Pós Informado**CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante / ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador

Apêndice 3: Entrevista com as Lideranças Femininas da Comunidade

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS FEMININAS DA COMUNIDADE

Esta entrevista tem por objetivo compreender as maneiras pelas quais as mulheres, consideradas lideranças na sua comunidade, realizam os processos educativos em seu território cotidiano interno e externo, como exemplo grupos comunitários, associação de bairros... sob a perspectiva da educação não-formal e informal. Considerando que a educação não formal é aquela que ocorre fora do sistema tradicional de ensino. Ela é realizada de forma organizada, porém os resultados da aprendizagem não são analisados formalmente. E a educação informal é aquela que acontece por meio das relações interpessoais, ela resulta da troca de saberes compartilhados a partir dos hábitos, comportamentos e da cultura que o indivíduo pertence. Ela não é intencional e nem existe um fim previamente planejado. Ambas, tratam do ensino não escolar, ou seja, aquelas aprendidas no cotidiano das relações. Saliento que suas informações serão usadas unicamente para fins de pesquisa e os dados serão tratados com o sigilo recomendado pelo código de ética em pesquisa. Não existem respostas certas ou erradas. Responda as questões com tranquilidade.

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO SUJEITO DE PESQUISA**1. Qual sua idade?**

- () 15 a 19 anos
- () 20 a 24 anos
- () 25 a 29 anos
- () 30 a 34 anos
- () 35 anos ou mais

2. Qual seu estado civil

- solteira
- casada
- viúva
- outros

3. Tem filhos?

- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais
- nenhum

4. Há quanto tempo vive na Comunidade Quilombola Paiol de Telha?

- de 1 à 5 anos
- de 6 à 10 anos
- de 11 à 20 anos
- Desde o nascimento

5. Já viveu em outras Comunidades Quilombolas?

- sim
- não

Se a resposta for afirmativa, por quanto tempo: _____

6. Grau de escolaridade.

- Analfabeta
- Fundamental completo
- Fundamental incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo

Pós Graduação incompleta

Pós graduação completa

Se pós graduação completa: Especialista Mestre Doutor

ENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE

7. Qual sua participação/representação na comunidade a qual pertence?

Líder comunitária

Parteira

Benzedeira

Professora

Outros: _____

8. Alguém lhe ensinou ou conduziu para exercer essa participação/representação na comunidade?

Sim

Não

Se a resposta for afirmativa, quem foi? _____

Se a resposta for negativa, como aprendeu? _____

9. Por quanto tempo participa/representa sua comunidade?

até dois anos

de dois a cinco anos

de cinco a dez anos

acima de dez anos

10. Tem ou já teve uma aprendiz para o repasse de sua participação/representação?

Sim

Não

Se a resposta for afirmativa, quem foi? _____

11. Para você, qual o papel da mulher na sua comunidade?

**PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E
INFORMAL E FORTALECIMENTO FEMININO**

12. Além da forma que você aprendeu na comunidade, existem outros repasses da cultura e da história que são praticados na sua comunidade?

() Sim

() Não

Se a resposta for afirmativa, quais? _____

13. Você considera importante esse processo de repasse? Por que?

14. Esse repasse de conhecimentos mudou a sua forma de ver a comunidade?

Se sim, de que forma?

15. Você sabe o que é processo educativo não formal? E informal? Nos ajude com exemplos.

16. O que pensa do fato da maioria das lideranças no mundo serem homens? Qual sua opinião sobre nos encontrarmos nessa condição?

EMPODERAMENTO FEMININO

17. Considera que as mulheres devem assumir mais espaços de liderança? Se sim, quais?

18. Se a pergunta anterior foi afirmativa, como fazer com que mais mulheres alcancem esses espaços?

19. Como considera que a comunidade reconhece sua participação/representação? Quais são os sinais desse reconhecimento?

20. Qual conselho daria a outras mulheres quilombolas para que pudessem contribuir mais na sua comunidade?

Muito obrigada pela sua contribuição!

LISTA DE FOTOGRAFIAS



Fotografia 1: Associação Quilombola Invernada Paiol de Telha
Fonte: Warmuth, Déris, (2022)



Fotografia 2: Artesanato: Bonecas Pretas
Fonte: Warmuth, Déris, (2022)



Fotografia 3: Artesanato: Bonecas Pretas
Fonte: Warmuth, Déris, (2022)



Fotografia 4: Artesanato: Abayomy
Fonte: Warmuth, Déris, (2022)



Fotografia 5: Artesanato: Bonecas Pretas
Fonte: Warmuth, Déris, (2022)